

Capítulo 8

Recomendações de políticas

Este relatório propõe dez ações de políticas públicas para enfrentar os desafios do crescimento, da criação de emprego e das desigualdades em África. Estas recomendações são fundadas em três pilares: o desenvolvimento económico sustentável, o desenvolvimento social e o desenvolvimento institucional. Para manter o desenvolvimento económico, os governos africanos devem ter em conta a melhoria dos investimentos, a diversificação das exportações, as interligações entre os espaços rural e urbano e o crescimento verde. As medidas que visam alcançar o desenvolvimento social dizem respeito à educação e às competências, bem como à proteção social e cobertura dos cuidados de saúde. Para melhorar o desenvolvimento institucional, os governos devem encarar os seus compromissos com os parceiros globais de África, a integração regional, as receitas internas, a governação económica e política, bem como as suas próprias capacidades institucionais e estatísticas. As recomendações em termos de políticas encontram-se divididas em ações específicas para atingir os objetivos da Agenda 2063 e da agenda para o desenvolvimento sustentável. Estas avaliam como melhorar as estatísticas e medir o impacto das políticas de forma mais adequada.

EM SÍNTESE

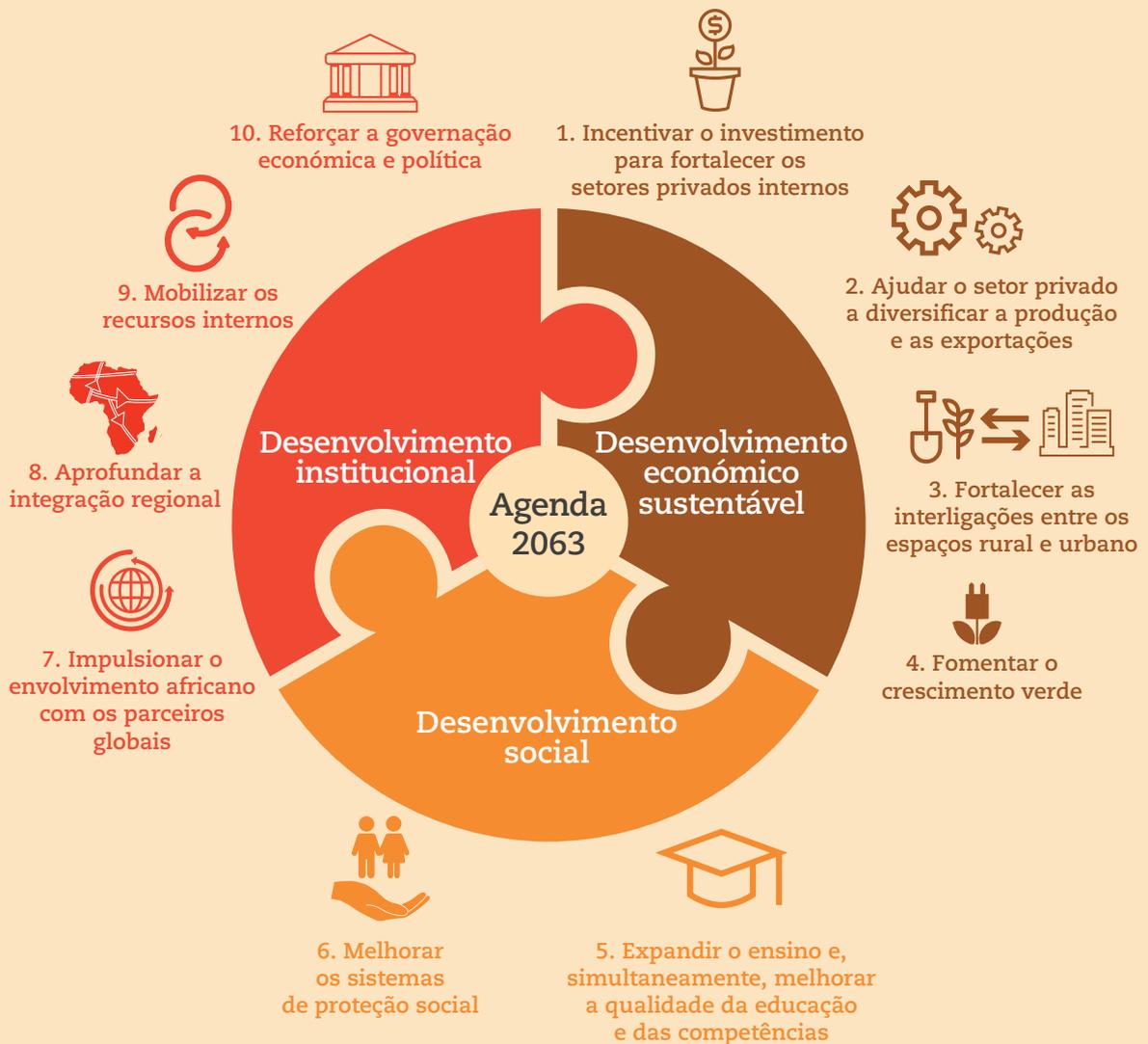
A agenda de desenvolvimento de África exige a implementação de estratégias de desenvolvimento com uma abordagem específica, multifacetada e holística para cada contexto específico. Podem contribuir atores de todos os níveis: instituições pan-africanas, comunidades regionais, governos nacionais, subnacionais e locais, o setor privado local, cidadãos africanos e parceiros internacionais. Produzir dados de qualidade é fundamental para monitorizar, avaliar e ajustar as políticas de desenvolvimento dos países. Para alcançar o desenvolvimento sustentável e inclusivo, as estratégias devem ir além da simples promoção do crescimento económico: devem também visar o desenvolvimento social e institucional.

As políticas para o **desenvolvimento económico sustentável** devem ter como objetivo estimular o setor privado interno, que constitui a base para a diversificação de produtos e cabazes de exportação. Esta questão exige que se tire partido das vantagens comparativas locais, fortalecendo as interligações entre o investimento estrangeiro e as economias locais e melhorar a eficiência do investimento público e das instituições. A reforma da propriedade fundiária, o planeamento e a gestão, bem como o desenvolvimento de cidades intermediárias sustentáveis reforçará as interligações entre as economias rurais e urbanas. A “ecologização” das atividades económicas ajudará os países a crescer, criar empregos e erradicar a pobreza, usando simultaneamente os recursos naturais de forma responsável.

Os países podem promover o **desenvolvimento social** através do acesso universal e da melhoria da qualidade da educação e da formação de competências técnicas e profissionais. A procura de maiores sinergias com o setor privado alinharia as competências com as necessidades do mercado de trabalho. O desenvolvimento social assenta igualmente em sistemas de proteção social e de saúde inclusivos e financeiramente sustentáveis.

O **desenvolvimento institucional** é necessário para implementar políticas sólidas para o crescimento inclusivo. Os decisores políticos devem respeitar os compromissos de integração regional. A reforma da administração fiscal pode mobilizar as receitas internas. Melhores parcerias globais podem fortalecer as capacidades e ajudar a reduzir os fluxos financeiros ilícitos e outras práticas prejudiciais. Por último, a implementação desta agenda de reforma africana necessita de reforçar a capacidade governamental, a responsabilidade, a transparência e a coordenação, assim como a promoção da boa governação empresarial.

3 pilares de políticas e 10 recomendações



Introdução

Os padrões de crescimento, a criação de emprego e a desigualdade em África são complexos e variam de região para região. A tendência no continente é de crescimento constante, mas sem emprego, com uma ligeira redução na desigualdade. Nalgumas regiões, a desigualdade aumentou com o crescimento económico, enquanto noutras a desigualdade regrediu.

Os governos africanos precisarão de políticas muito mais sólidas para alcançar a aspiração da Agenda 2063 de “uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável” e os objetivos do Primeiro Plano Decenal de Implementação 2013-2023.

Este capítulo propõe dez ações em termos de políticas para melhorar o crescimento, criar emprego e reduzir as desigualdades. Embora longe de ser exaustiva, esta lista de ações de políticas aborda questões essenciais para a maioria dos países africanos (ver Tabela 8.1). Dividem-se em três pilares: o desenvolvimento económico sustentável, o desenvolvimento social e o desenvolvimento institucional. Estas ações de políticas derivam dos desafios colocados pelas megatendências apresentadas no Capítulo 2 e dos principais objetivos da Agenda 2063. Também se relacionam com as cinco dimensões da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: pessoas, prosperidade, planeta, parceria e paz. O Anexo 8.A1 oferece uma visão geral das relações entre as dez ações de políticas e as Megatendências, as metas da Agenda 2063 e os ODS.

Tabela 8.1. Dez ações em termos de políticas para África

Desenvolvimento económico sustentável	Desenvolvimento social	Desenvolvimento institucional
1. Incentivar o investimento interno	5. Alargar e melhorar a educação	7. Impulsionar as parcerias globais de África
2. Diversificar as exportações	6. Desenvolver sistemas de proteção social, incluindo laborais e de saúde	8. Aprofundar a integração regional
3. Fortalecer as interligações entre os espaços rural e urbano		9. Mobilizar as receitas internas
4. Fomentar o crescimento verde		10. Melhorar a governação económica e política

O crescimento inclusivo exige estratégias de desenvolvimento sólidas. Estas serão necessariamente diferentes de país para país. As políticas devem ser participativas, de base local, multissetoriais e levadas a cabo com uma abordagem holística e coordenada. Todas as partes interessadas devem participar na monitorização, avaliação e reformulação das políticas para que a sua implementação seja bem-sucedida. Os papéis e as responsabilidades das partes interessadas têm de ser claramente integrados nas estratégias nacionais para assegurar a coerência, a implementação eficaz e a revisão após serem avaliadas. A implementação adequada de políticas requer a intervenção do nível governamental certo, em coordenação com os outros níveis e parceiros de desenvolvimento. Isto segue os princípios de valor acrescentado e de subsidiariedade incluídos no Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063 da União Africana. As estratégias de desenvolvimento devem fazer progredir a agenda de integração de África.

PILAR I: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL

Ação 1: Incentivar o investimento para o desenvolvimento do setor privado interno

Contexto:

- O investimento público é muitas vezes ineficiente e o investimento privado continua a ser fraco. Entre 2009 e 2016, o investimento privado representou, em média, apenas 15% do produto interno bruto (PIB).
- As taxas de juro e os prémios de risco são muitas vezes demasiado elevados para que as empresas consigam obter empréstimos e investir de forma eficaz (BAD/OCDE/PNUD, 2017; UNCTAD, 2014).
- O acesso limitado às oportunidades de financiamento, às infraestruturas comerciais e a uma procura fiável tornam difícil manter os níveis de rentabilidade ou inovar, até para as empresas informais mais produtivas.
- Os influxos de investimento direto estrangeiro (IDE) não dão origem a interligações fortes ou transferência de conhecimento para as empresas locais.
- O investimento público desempenha um papel vital em África. Em 2016, 42% do financiamento para projetos de infraestruturas em África veio dos governos (ICA, 2017).

Ações Propostas:

Simplificar o investimento para as empresas locais:

- ▶ melhorar o ambiente de negócios
- ▶ fornecer bens públicos aos clusters empresariais
- ▶ facilitar a extensão de crédito, reduzindo os custos de empréstimo e promovendo serviços de intermediação financeira.

Assegurar a coerência entre as estratégias de promoção de IDE e a capacidade das empresas locais:

- ▶ reforçar a capacidade das empresas locais cumprirem os requisitos dos investidores estrangeiros
- ▶ orientar o investimento estrangeiro para o benefício da produtividade, tecnologia e *know-how* das empresas locais.

Usar a potencialidade das poupanças internas e das remessas para aumentar o investimento interno:

- ▶ promover as poupanças de longo prazo expandindo a variedade de instrumentos de poupança
- ▶ atrair poupanças da diáspora com instituições dedicadas e projetos de investimento.

Aumentar a eficiência do investimento público:

- ▶ melhorar as regras dos contratos públicos para recompensar e promover a competitividade
- ▶ adaptar os investimentos à capacidade institucional local e aos tipos de projeto.

Simplificar o investimento para as empresas locais

► Melhorar o ambiente de negócios para permitir às empresas investir mais.

O clima de investimento deve ser favorável para todas as empresas – nacionais e estrangeiras, grandes e pequenas (ver, por exemplo, *Policy Framework for Investment* da OCDE [OCDE, 2015a]). As iniciativas de cooperação internacional, como o *Compact with Africa* do G20, podem ajudar os países a melhorar os instrumentos e as condições de financiamento para o investimento privado.

- Assegurar a fiabilidade do quadro geral de políticas de investimento é essencial para encorajar quer investidores nacionais quer estrangeiros. Isto pode ser conseguido nomeadamente através da previsibilidade da legislação empresarial e de sistemas de tributação estáveis. Impostos previsíveis, transparentes e mais justos são, muitas vezes, mais importantes para os investidores do que benefícios fiscais ou outros incentivos (ver, por exemplo, a Ação 9). As prioridades devem incluir:
 - a criação de regulamentos e instituições fiáveis, incluindo através do reforço dos quadros jurídicos e reguladores a fim de reduzir a incerteza
 - a proteção dos investidores e a criação de mecanismos de resolução de litígios (tanto para investidores locais como para estrangeiros)
 - A normalização de contratos, tais como cláusulas e disposições de parcerias público-privadas (PPP) (BAD/FMI/GBM, 2017).
- Realizar inquéritos abrangentes numa base regular pode ajudar a informar os decisores políticos sobre os desafios e necessidades das empresas nacionais no que se refere à modernização da produção e dos produtos. Acrescentar módulos especiais sobre os empregadores e trabalhadores por conta própria aos inquéritos de mão-de-obra (tais como os dos inquéritos 1-2-3 [ver Cling et al., 2014]) pode fornecer informações abrangentes a baixo custo.

► Usar o investimento público para fornecer bens públicos aos clusters empresariais.

- Os governos devem investir em infraestruturas de energia e transportes, fornecer outras formas de apoio em questões de políticas (como, por exemplo, formação de competências), facilitar os processos de importação e exportação e promover interligações entre os clusters empresariais e as economias locais circundantes. O governo da África do Sul financiou empresas para que aderissem a associações industriais, levando ao desenvolvimento orgânico de clusters empresariais (Morris e Barnes, 2006). Do mesmo modo, Marrocos conseguiu servir-se das infraestruturas existentes em Tânger-Med para desenvolver um cluster competitivo para os setores automotivo e aeronáutico envolvendo multinacionais, empresas locais e os níveis central e local de governo.

► Facilitar a extensão de crédito, reduzindo os custos de empréstimo e promovendo serviços de intermediação financeira.

- Na África Oriental, inovações tais como o M-Pesa (transferência de dinheiro móvel) oferecem acesso a plataformas *on-line* e *e-serviços*. Estas abriram caminho à nova intermediação financeira de base móvel (por exemplo, micro-seguros, contas de poupança), desbravando nichos de mercado. Tais circunstâncias tiveram um impacto positivo sobre a rentabilidade, os volumes de comércio e as taxas de sobrevivência das microempresas (Oosthuizen et al., 2016). Dados mostram que, à medida que as empresas aumentam de tamanho, beneficiam mais das vantagens de ingressar no setor formal, tais como o acesso a crédito (ver Gelb et al. 2009, Amin e Islam, 2015).

- As instituições de financiamento do desenvolvimento (IFD) podem investir em instituições de microfinanciamento que emprestem a pequenas e médias empresas (PME), além de bancos comerciais. Por exemplo, a Norfund e outras apoiam um fundo de capitais privados, o Fundo de Investimento Privado Angola, fornecendo até USD 8 milhões para os investimentos individuais nas PME, especialmente para a expansão de projetos, para a privatização e para *start-ups*. As IFD devem tentar reunir capital privado para aumentar a disponibilidade de crédito comercial (ver, por exemplo, OECD, 2018a).

Assegurar a coerência entre as estratégias de promoção de IDE e a capacidade das empresas locais

Os fluxos de IDE têm um impacto mais duradouro sobre o crescimento e a produtividade quando as empresas estrangeiras podem contribuir para o desenvolvimento do setor privado local.

- ▶ **Reforçar a capacidade de as empresas locais cumprirem os requisitos e as necessidades dos investidores estrangeiros.**
 - O apoio financeiro direto ou a transferências de tecnologia podem ajudar a melhorar as técnicas de produção, a gestão e as práticas comerciais das empresas. As empresas locais podem aprender a cumprir as normas comerciais internacionais e as especificações do produto e adaptar os seus processos de produção à procura global. A ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e os parceiros de desenvolvimento podem promover produtos de alta qualidade ao apoiar as iniciativas de rótulo de qualidade.
- ▶ **Orientar o investimento estrangeiro para o benefício da produtividade, tecnologia e *know-how* das empresas locais.**
 - As autoridades locais e nacionais podem trabalhar em conjunto para atrair o IDE, como demonstrado pelo *cluster* automóvel e de logística de Tânger, em Marrocos (ver Capítulo 6), onde as empresas locais estão a subir lentamente na cadeia de fornecimento, colaborando com as empresas líderes, com apoio personalizado dos governos locais e nacionais.
 - Os efeitos das externalidades são mais vastos quando as empresas locais podem usar as tecnologias disponíveis livremente ou adquirir tecnologias através de acordos de licenciamento com empresas líderes. Por exemplo, as externalidades de produtividade derivadas da participação em cadeias de valor globais (CVG) aparentam ser mais fortes através de *joint ventures* do que através de empresas inteiramente estrangeiras (Farole, 2016).

Usar as potencialidades das poupanças internas e das remessas para aumentar o investimento interno

- ▶ **Promover as poupanças de longo prazo expandindo a variedade de instrumentos de poupança.**
 - O crescimento do investimento interno depende de aumentar a propensão para a poupança e alargar as soluções de mercado. Os decisores políticos e as instituições financeiras devem trabalhar no sentido de fixar essas poupanças em ativos de mais longo prazo e utilizá-las para disponibilizar mais crédito sem pressão acrescida para os balanços.

- Em países com mercados de capital profundos, as PME e as jovens empresas podem ser listadas em bolsas de valores, seguindo o exemplo da plataforma para as PME da Bolsa de Valores de Joanesburgo. O Ruanda renunciou recentemente à taxa de listagem de USD 23 000 para as PME e subsidiará o custo de contratação de consultores de transação, serviços de corretagem e serviços jurídicos (Esiara, 2018).

▶ **Atrair poupanças da diáspora com instituições dedicadas e projetos de investimento.**

- As políticas de Marrocos para lidar com questões de investimento da sua diáspora têm sido amplamente bem-sucedidas, como mostra o caso dos investimentos para habitação (ver OCDE, 2017a). Do mesmo modo, o Gana possui uma nova unidade dedicada para lidar com questões de investimento para a diáspora (UNIDO, 2013). As Maurícias criaram um regime de diáspora para facilitar o regresso e o investimento da diáspora no país. A Etiópia e a Nigéria criaram obrigações indexadas à diáspora, mas a subscrição manteve-se limitada.

Aumentar a eficiência do investimento público

▶ **Melhorar as regras dos contratos para recompensar e promover a competitividade.**

- Os governos deveriam melhorar os procedimentos de adjudicação e os critérios para recompensar a competitividade e a eficiência, em vez de se limitarem a recompensar os baixos custos. Devem também preparar melhor os projetos de investimento público e reforçar a transparência, a monitorização e os mecanismos de avaliação.

▶ **Adaptar os investimentos à capacidade institucional local e aos tipos de projeto.**

- As parcerias público-privadas podem aumentar a eficiência da conceção e execução de projetos, criando, assim, poupanças substanciais. No entanto, as PPPs exigem um envolvimento público criterioso e conhecimentos. O modelo de PPP usado na estação de energia solar de Marrocos, em Ouarzazate, é um bom exemplo de como envolver os principais atores (ver Climate Policy Initiative, 2012).
- Os governos podem optar por modos de governação para projetos de infraestruturas que não sejam PPPs. Estes podem variar da entrega direta, em que os governos gerem por completo todos os aspetos de um projeto, à contratação para fases e operações específicas, à privatização, em que os governos apenas mantêm o seu papel regulador. A governação de projetos mais complexos exige a capacitação de reguladores e a garantia de um sistema judicial independente que consiga lidar com disputas (Kappel, Pfeiffer e Reisen, 2017).

Ação 2: Ajudar o setor privado a diversificar a produção e as exportações

Contexto:

- As exportações africanas concentram-se sobretudo nos recursos naturais e matérias-primas agrícolas.
- Os bens intermédios e de capital representam 49% das importações africanas, em comparação com 55% na América Latina e Caraíbas e 64% na Ásia em desenvolvimento.
- A maioria das atividades de promoção das exportações na região depararam-se com limitações.

Ações Propostas:

Conceber estratégias de exportação que sejam consistentes com as potencialidades do país:

- ▶ basear as estratégias de exportação em vantagens comparativas
- ▶ avaliar regularmente a abordagem do governo à medida que as vantagens comparativas evoluem ao longo do tempo
- ▶ Facilitar as trocas comerciais.

Facilitar o acesso a bens de capital e intermédios:

- ▶ reduzir as barreiras à importação para bens de capital e intermédios essenciais que não sejam produzidos localmente
- ▶ aplicar as taxas pautais corretas para baixar o custo de bens importados.

Capacitar os organismos públicos para diversificar as exportações:

- ▶ conceder um financiamento adequado e estruturas de governação às agências de promoção das exportações e investimentos
- ▶ atribuir objetivos claros às agências de promoção das exportações.

África pode tirar mais partido da integração global através da diversificação dos seus produtos e cabazes de exportação (ver Capítulo 1). A diversificação económica exige uma abordagem que cubra todo o sistema, com estratégias para uma visão de longo prazo do futuro partilhada quer pelas partes interessadas públicas quer pelas privadas. Estas estratégias têm de definir as prioridades de desenvolvimento específicas do contexto local (OCDE, 2013). Por exemplo, a estratégia de industrialização da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community, SADC*) assenta no princípio do envolvimento tanto público como privado. Um dos objetivos da estratégia é afastar-se das exportações de matérias-primas e aumentar a proporção de produtos intermédios para 60% do total das exportações de produtos transformados.

Conceber estratégias de exportação que sejam consistentes com as potencialidades do país

- ▶ **Basear as estratégias de exportação em vantagens comparativas.**
 - Os países africanos que possuem vantagens comparativas podem especializar-se em fases específicas nas cadeias de valor globais. A Etiópia, por exemplo, desenvolveu um setor de exportação de têxteis e vestuário ao investir em

competências e infraestruturas e desenvolver interligações na cadeia de valor interna entre empresas de algodão, têxtil e vestuário.

- As Maurícias desenvolveram empresas globalmente competitivas nos setores do açúcar, atum e têxteis e a África do Sul fez o mesmo nos setores automóvel e de transformação de produtos agrícolas. Estes países aproveitaram a sua reserva de trabalhadores competentes, dotação geográfica e acesso preferencial aos principais mercados. O Botswana e o Gana, por outro lado, centraram-se na melhoria das cadeias de valor das exportações existentes, isto é, diamantes e fruta fresca, respetivamente.

► **Avaliar regularmente as estratégias à medida que as vantagens comparativas evoluem ao longo do tempo.**

- Reavaliar as estratégias industriais ajuda a melhorar progressivamente as capacidades industriais e a responder a mudanças inevitáveis nas vantagens comparativas de um país e nas condições económicas globais. Por exemplo, as Maurícias apoiaram primeiro as indústrias de açúcar, atum e produtos têxteis para o mercado da União Europeia antes de se expandir para a logística, os serviços financeiros e atividades da economia azul (em especial o turismo).

► **Fomentar o comércio entre África e outros continentes.**

- Para fomentar o comércio, os governos deveriam melhorar a logística e o desempenho aduaneiro, as infraestruturas comerciais e a qualidade do fornecimento de eletricidade (ver Lopez Gonzalez, Kowalski e Achard, 2015). Vários parceiros de desenvolvimento apoiam o reforço de capacidades para que os países melhorem a qualidade dos produtos de exportação, de modo a cumprir as normas internacionais, especialmente em matéria de segurança alimentar e pesticidas.

Facilitar o acesso a bens de capital e intermédios

► **Reduzir as barreiras às importações para bens de capital e intermédios essenciais que não sejam produzidos localmente.**

- A redução das tarifas sobre insumos intermédios e bens de capital que são essenciais à industrialização, mas não se encontram disponíveis localmente, pode reforçar a competitividade dos produtores africanos. Os governos africanos também podem facilitar estas importações estratégicas reduzindo atrasos na concessão de licenças de importação e no acesso a estes insumos.

► **Aplicar as taxas pautais corretas para baixar o custo de bens importados.**

- A correta aplicação de taxas pautais de acordo com a utilização final dos produtos poderia tornar as empresas transformadoras mais competitivas. Na Comunidade da África Oriental, cerca de 400 produtos que normalmente se tratam de insumos para a indústria transformadora são indevidamente colocados na banda aduaneira superior, destinada aos produtos de consumo final (Frazer, 2017). Uma classificação internacional acordada, tal como a categoria económica geral, pode servir para a reclassificação de produtos.

Capacitar os organismos públicos para diversificar as exportações

► **Conceder um financiamento adequado e estruturas de governação às agências de promoção das exportações e investimentos**

- As agências de promoção de exportações e investimentos podem desempenhar um papel relevante numa abordagem que cubra todo o sistema a fim de transformar

a produção. O seu âmbito pode cobrir muitas atividades: prestar assistência financeira (crédito, seguro), gerar inteligência de mercado, construir uma imagem nacional e uma marca, promover o IDE em setores estratégicos, disponibilizar acompanhamento aos investidores e ampliar a presença no estrangeiro.

- Os retornos sobre o financiamento para as agências de promoção das exportações (APE) são significativos. Em África, um aumento de 1% de retorno marginal nos orçamentos das APE pode impulsionar o crescimento das exportações entre 0.05% (Botswana) e 0.14% (Uganda) (ITC, 2016).

► **Atribuir objetivos às APE que se foquem e estejam alinhados com os objetivos industriais e as prioridades de desenvolvimento económico nacional.**

- A experiência global sugere que para apoiar a diversificação das exportações as APE têm se mostrado mais eficazes do que um aumento nos volumes de exportação. As APE também são mais eficazes a incrementar o desempenho dos exportadores já estabelecidos do que a incentivar os não exportadores a começar a exportar.
- A representação do setor privado nas direções das APE pode garantir uma maior influência sobre a tomada de decisão estratégica (ITC, 2016). Cobrar taxas às empresas privadas pelos serviços das APE pode assegurar que as atividades das APE estejam alinhadas com os interesses das empresas privadas e que ofereçam serviços de qualidade. As taxas de serviço devem, todavia, ser moderadas para incluir as PME.

Ação 3: Fortalecer as interligações entre as economias urbanas e rurais

Contexto:

- A urbanização pode desempenhar um papel importante na transformação económica de África (ver Capítulo 2, Megatendência 4). Embora os padrões e as taxas de urbanização diverjam de país para país, espera-se que, pelo menos, 50% dos africanos residam em áreas urbanas até 2035.
- Na maioria dos países da África subsariana, a terra ainda é regulamentada pelo direito consuetudinário. Apenas cerca de 10% dos terrenos rurais na África subsariana estão registados. No Malawi, mais de 90% da terra é regida pelo direito consuetudinário (Byamugisha, 2013).
- Muitas autoridades do governo local carecem de sistemas cadastrais ou registos de títulos fundiários, tornando-se difícil cobrar receitas sobre terrenos ou certificar transferências de propriedade. De acordo com um inquérito de 2015, apenas 20 países aumentam os impostos locais sobre propriedades fundiárias (BAD/OCDE/PNUD, 2015).
- O investimento em infraestruturas urbanas na África subsariana permaneceu constante, em menos de 20% do PIB desde 1960 (em comparação com 42% nos países em desenvolvimento da Ásia Oriental) (Lall, Henderson e Venables, 2017).
- A urbanização africana é dificultada pela sobrepopulação, pelo baixo acesso a bens públicos e pela falta de conectividade. Embora os níveis variem de país para país, quase 62% da população urbana de África vive em bairros de lata. Os habitantes de tais bairros sofrem de escassez de água, serviços de saneamento, energia e transportes a custos acessíveis. Este último limita-lhes as ligações ao emprego e atividades comerciais.

Ações Propostas:**Rever o regime da propriedade fundiária e o ordenamento do território:**

- ▶ simplificar a regulamentação sobre a propriedade e o uso fundiário, especialmente para as mulheres
- ▶ melhorar os sistemas de informação e de gestão fundiária através da adoção de soluções tecnológicas de baixo custo e escaláveis.
- ▶ gerir os terrenos urbanos e a prestação de bens públicos através de abordagens participativas.

Melhoras as infraestruturas urbanas e os serviços:

- ▶ investir em infraestruturas e serviços que sejam acessíveis, inclusivos, sustentáveis e adaptados às necessidades locais
- ▶ investir em redes de transportes públicos para reduzir a segregação territorial e a desigualdade
- ▶ Combinar investimento em áreas urbanas com ambientes favoráveis nas áreas rurais.

Reforçar as interligações entre os espaços rural e urbano através de cidades intermediárias sustentáveis:

- ▶ desenvolver cidades intermediárias para aumentar a produtividade das áreas rurais e fortalecer as interligações entre os espaços rural e urbano.

Rever o regime da propriedade fundiária e o ordenamento do território

- ▶ **Simplificar a regulamentação sobre a propriedade e o uso fundiário para aumentar a produtividade, o investimento e reduzir as desigualdades (reconhecendo as leis consuetudinárias e visando a igualdade de género).**
 - Para além da introdução de quadros legais, os governos devem garantir que as leis sejam aplicadas e as reformas devidamente implementadas para evitar agravar as desigualdades. A sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento podem ajudar os governos neste sentido (ver OCDE, 2016a).
 - Na Etiópia e no Ruanda, a certificação de propriedade fundiária agrícola aumentou a produtividade da terra e a propensão para o investimento (Byamugisha, 2013). O programa de baixo custo da Etiópia de emissão de títulos de propriedade, de 2003, levado a cabo sobretudo por comités sub-regionais, distribuiu 20 milhões de títulos fundiários. O programa permitiu que mais mulheres tivessem acesso a terras (Quisumbing e Kumar, 2014: 407).
- ▶ **Melhorar os sistemas de informação e de gestão fundiária através da adoção de soluções tecnológicas de baixo custo e escaláveis.**
 - Uma administração fundiária excessivamente centralizada pode restringir o acesso a serviços para populações rurais e de baixo rendimento, limitando, assim, a sua proteção jurídica. A Zâmbia está, por este preciso motivo, a tentar descentralizar os procedimentos de administração fundiária (Corrigan, 2016). A Namíbia estabeleceu o registo de terras comunitárias e o *Communal Land Boards* em 2002; em 2014, 160 000 lotes haviam sido pesquisados e 82 000 direitos fundiários registados em áreas comunitárias (GIZ, 2013; Kasita, 2011).

- No Burkina Faso, um projeto que se serve de imagens de satélite de alta resolução espacial produziu um mapeamento territorial pormenorizado. Projetos semelhantes estão a decorrer noutros países.
- ▶ **Gerir os terrenos urbanos e a prestação de bens públicos através de abordagens participativas.**
 - O ordenamento do território e as reformas fundiárias devem visar a redução das desigualdades territoriais, de rendimento e de género. Os governos devem proporcionar habitação formal e a custo acessível e destinar terrenos suficientes às infraestruturas de transportes que liguem áreas periurbanas, onde a maioria dos assentamentos informais se situam (Locke e Henley, 2016).
 - O planeamento urbano deve também evitar abordagens descendentes estritas e encorajar a participação dos cidadãos nas decisões políticas. Por exemplo, um programa em cinco cidades intermediárias do Uganda beneficiou do envolvimento dos cidadãos, o que levou à melhoria dos assentamentos e assegurou a propriedade de milhares de habitantes informais (BAD/OCDE/PNUD, 2016).
 - À medida que a disponibilidade de terrenos urbanos e as oportunidades para o seu desenvolvimento aumentam, os mecanismos de captura de valor da terra podem ajudar a recuperar os investimentos tanto por parte do Estado como de empresários privados (Berrisford, 2013).

Modernizar as infraestruturas urbanas e os serviços

- ▶ **Investir em infraestruturas e serviços que sejam acessíveis, inclusivos, sustentáveis e moldados às necessidades locais. Disponibilizar bens públicos e infraestruturas adequadas pode fortalecer a dinâmica de aglomeração nas cidades e melhorar as economias de escala.**
 - Os planos de infraestruturas urbanas devem ser inclusivos e evitar exacerbar a desigualdade de género. Por exemplo, os planos devem encurtar as distâncias até às fontes de água e garantir que as ruas sejam bem iluminadas para evitar abusos sexuais de meninas e mulheres e outras formas de violência.
 - Pelo menos 45% das áreas urbanas deveriam ser dedicadas a espaços públicos, tais como estradas e áreas verdes (os espaços públicos nas cidades africanas representam cerca de 20%)(UN Habitat, 2013).
- ▶ **Investir em redes de transportes públicos para reduzir a segregação territorial e a desigualdade.**
 - A criação de sistemas de transporte a custos acessíveis pode facilitar a procura de emprego para os residentes urbanos pobres e diminuir a segregação territorial, especialmente em áreas urbanas. O sistema ferroviário ligeiro em Adis Abeba liga os subúrbios industriais ao centro da cidade; a oferta de serviços de transporte a custos acessíveis aumentou a intensidade da procura de emprego e reduziu a probabilidade de as pessoas aceitarem trabalho informal e temporário. O sistema *Bus Rapid Transit* de Lagos estabilizou os preços dos transportes e reduziu-os em 30% (BAD/OCDE/PNUD, 2016).
- ▶ **Conjugar o investimento em áreas urbanas com ambientes favoráveis nas áreas rurais.**
 - Os governos regionais e nacionais podem envolver-se e coordenar-se com as administrações locais para implementar políticas de base local que ultrapassem as fronteiras administrativas urbanas. Novas ferramentas baseadas em sistemas de informação geográfica (por exemplo, a Africapolis) podem ajudar a analisar de que

forma o desenvolvimento urbano afeta áreas rurais e pode determinar as fronteiras funcionais das cidades. As políticas e o investimento em prol das áreas urbanas devem ter em conta o ambiente circundante e promover interações virtuosas entre áreas rurais e cidades.

Reforçar as interligações entre os espaços rural e urbano através de cidades intermediárias sustentáveis

► **Desenvolver cidades intermediárias para aumentar a produtividade das áreas rurais e fortalecer as interligações entre os espaços rural e urbano.**

- As cidades intermediárias podem alargar os serviços públicos para as áreas rurais e desenvolver indústrias de mão-de-obra intensiva, tais como a transformação de produtos agrícolas e os têxteis, o setor dos serviços, ou o turismo.
- Na África Ocidental, as áreas rurais mais próximas das cidades intermediárias tendem a ter economias mais diversificadas, maiores populações ativas e rendimentos mais elevados de atividades não agrícolas (Christiaensen e Todo, 2014; Moriconi-Ebrard, Harre e Heinrigs, 2016). A urbanização a par com o aumento dos rendimentos e das populações levou a um crescimento na economia alimentar da África Ocidental, que representa 36% do PIB da região (CSAO, 2016).
- A criação de emprego formal em cidades intermediárias atrai maiores fluxos migratórios provenientes de áreas rurais, ajudando a reduzir a pobreza rural. Estudos longitudinais feitos em Kagera (Tanzânia) mostraram que a migração das áreas rurais para as cidades intermediárias reduziu em 24% o número de pessoas a viver na pobreza e aumentou em 77% os rendimentos (Christiaensen, De Weerd e Kanbur, 2017; Christiaensen et al., 2018).
- Os governos devem ligar as cidades intermediárias às metrópoles para desenvolver um sistema urbano sustentável e equitativo. As cidades intermediárias bem interligadas podem ajudar a aliviar as pressões que as megacidades enfrentam em questões de habitação, infraestruturas, transportes e prestação de serviços. Aquelas podem também absorver as capacidades administrativas das regiões periféricas e servir como novos centros de transformação social (Otiso, 2005).

Ação 4: Fomentar o crescimento verde

Contexto:

- Os países africanos contribuem com menos de 4% para as emissões globais de gases nocivos, mas 27 dos 33 países em maior risco face às alterações climáticas estão em África (ver Megatendência 5, Capítulo 2).
- Com as tendências atuais, prevê-se que os resíduos urbanos na África subsariana aumentem 161% entre 2000 e 2025. África ainda não está preparada para tal. Atualmente, regista os níveis mais baixos de serviços de recolha de resíduos de todas as regiões (Brahmbhatt et al., 2017).
- A mortalidade derivada da poluição atmosférica nas cidades africanas tem aumentado nos últimos anos, representando um custo equivalente a USD 447 mil milhões em 2013, um terço do PIB do continente (Roy, 2016).
- O crescimento da população e as práticas inadequadas de utilização do solo estão a aumentar a deflorestação, a degradação dos solos, os danos aos ecossistemas e a escassez de água. O setor agrícola representa a subsistência de dois terços da população e os meios de subsistência mais tradicionais dependem dos serviços ambientais (UNECA, 2016a; Brahmbhatt, Haddaoui

Ações Propostas:**Promover a economia circular:**

- ▶ Reutilizar os recursos e gerir os resíduos de forma eficiente para criar valor, desenvolver novas atividades económicas, cortar custos e reduzir a poluição.

Tornar as atividades económicas existentes mais verdes:

- ▶ promover a agricultura ambientalmente amigável e sustentável, bem como o turismo enquanto atividades de valor acrescentado
- ▶ introduzir normas e regulamentos para limitar a poluição e preservar a saúde das pessoas e o ambiente.

O crescimento verde pode facilitar a transformação estrutural africana e deve ser integrado em estratégias produtivas. A adoção de estratégias ecológicas, bem como o aumento da produtividade e a reutilização de recursos naturais podem estimular o crescimento sustentável e inclusivo (UNECA, 2016a).

Promover a economia circular

▶ **Reutilizar os recursos e gerir os resíduos de forma eficiente para criar valor, desenvolver novas atividades económicas, cortar custos e reduzir a poluição.**

- As explorações agrícolas em Marrocos usam subprodutos do azeite para satisfazer 60% das suas necessidades energéticas através da biomassa, economizando quase USD 4 milhões em custos de energia entre 2009 e 2015.¹
- A *Recycling and Economic Development Initiative* da África do Sul aumentou as taxas de recolha de pneus usados de 3% para 70% em 18 meses, levando à criação de pequenas e médias empresas de transformação e reciclagem. A África do Sul espera gerar um lucro agregado de USD 6 milhões até 2020.
- O Ruanda investiu USD 1 milhão nas suas instalações de e-resíduos, com potencial para reciclar 7000 toneladas de plástico por ano, bem como metais e materiais eletrónicos.²

Tornar as atividades económicas existentes mais verdes

▶ **Promover a agricultura ecológica e sustentável e o turismo enquanto atividades de valor acrescentado sem sacrificar a produção nem a produtividade.**

- No Mali e no Senegal, os agricultores que usam fertilizantes sustentáveis aumentaram 61% o valor líquido das respetivas culturas, fazendo subir os rendimentos e as poupanças. O Uganda diminuiu o uso de fertilizantes artificiais de 9 kg/ha para 1 kg/ha, aumentando, por conseguinte, 600% as receitas de exportação de produtos agrícolas orgânicos (PNUD, 2014).
- Desde a sua criação em 1989, a indústria de aquacultura de camarão no Oceano Índico Ocidental tornou-se num dos principais setores de exportação de Madagáscar, integrando métodos ecológicos e atividades de desenvolvimento comunitário. Os seus métodos estão agora a ser expandidos para Moçambique e a Tanzânia (UNECA, 2016b).
- As Maurícias estão a fazer do ecoturismo o principal pilar da sua indústria turística. O país espera ganhar USD 5 milhões em receitas, com uma estimativa de 1.2 milhões de turistas até 2020.³

- ▶ **Introduzir normas e regulamentos para limitar a poluição, preservando, assim, a saúde das pessoas e o ambiente.**
 - Desde 2003, 27 países africanos estabeleceram normas para as emissões dos veículos (por exemplo, limitando a idade dos veículos importados) e definiram parâmetros para o combustível a fim de eliminar progressivamente o chumbo. Contudo, a maioria destes países precisa de implementar mecanismos de monitorização e de aplicação mais fortes (BAD/OCDE/PNUD, 2016).
 - O crescimento verde também implica melhorar os serviços de água e energia. Espera-se que o investimento atual do Egito em dispositivos de poupança de água reduza 10-15% o consumo doméstico de água (PNUA, 2015). O *Upper Tana-Nairobi Water Fund*, no Quênia, tem o objetivo de melhorar a gestão dos recursos hídricos, aumentar a disponibilidade e as receitas hídricas e reduzir os custos de manutenção para a produção de eletricidade (TNC, 2015).
 - No médio prazo, os países devem ter como objetivo a introdução de verdadeiras estratégias de crescimento verde. As ferramentas e os indicadores para tais estratégias poderiam ser retirados do trabalho da OCDE sobre esse tema (OCDE, 2017b). A adoção de abordagens sectoriais poderia ser um primeiro passo. Por exemplo, a África do Sul introduziu instrumentos relativos a políticas, tais como a tributação das emissões de carbono e requisitos de eficiência energética para novos edifícios e para a comunicação de dados dos gases com efeito de estufa (BAD/OCDE, 2013).

PILAR II: DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação 5: Expandir a educação e, simultaneamente, melhorar a qualidade da educação e as competências

Contexto:

- Muitos africanos continuam excluídos da educação básica. Cerca de 34 milhões de crianças em idade escolar primária (6-11 anos) não frequentam a escola. Destes, 45% nunca chegam a frequentar a escola, 37% entram tarde e 17% desistem (UNESCO, 2015a).
- Apenas 6% da população africana estava matriculada no ensino superior em 2015. Um jovem é quatro vezes mais propenso a atingir o ensino superior na Ásia Oriental e Pacífico do que em África (Van Fleet, 2012).
- A educação de qualidade continua a ser um desafio fulcral para o mercado de trabalho africano. Na África subsariana, 61.4% dos jovens trabalhadores não têm o nível de educação adequado para trabalhar de forma produtiva no emprego (OIT, 2015).
- Por toda a África subsariana, as raparigas frequentam, em média, cerca de 9 anos de escolaridade, em comparação com 10 anos para os rapazes. As mulheres deparam-se com maiores taxas de abandono do ensino secundário e superior.⁴
- As crianças nos meios rurais enfrentam maiores desvantagens de aprendizagem: 5.9% das crianças nos meios urbanos não conseguiram cumprir os níveis básicos de aprendizagem, em comparação com 29.1% nas áreas rurais (Van Fleet, 2012).
- Mais de 10% dos alunos do ensino secundário em África estão matriculados no ensino e formação técnico e profissional (TVET), mas os programas de TVET recebem em média 2-6% dos orçamentos para a educação (BAD/OCDE/PNUD, 2017).
- Na África subsariana, apenas 7% dos alunos do ensino superior se matriculam em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM).
- As despesas com a educação na África subsariana representaram 16.8% do total de despesas governamentais entre 2000 e 2013, o que é superior à média global de 14.1%.

Ações Propostas:**Incitar o acesso universal à educação, especialmente para o sexo feminino:**

- ▶ reduzir o custo de enviar as crianças para a escola, para as famílias
- ▶ investir em sistemas de ensino (por exemplo, infraestruturas e professores) e visar a paridade de género.

Promover a educação especializada em setores estratégicos:

- ▶ fomentar a educação formal e especializada em agricultura
- ▶ promover a inscrição em disciplinas STEM e investir na investigação científica
- ▶ aumentar o foco na gestão e na educação empresarial.

Melhorar a educação e a formação técnicas e profissionais:

- ▶ promover e aumentar o financiamento do ensino TVET
- ▶ introduzir elementos curriculares inovadoras (por exemplo, o empreendedorismo).

Aproximar as instituições de ensino dos mercados de trabalho e das empresas privadas:

- ▶ envolver o setor privado na conceção e concretização de currículos educativos e introduzir requisitos de formação no trabalho e estágios industriais
- ▶ realizar consultas regulares entre instituições de ensino, o setor público e o setor privado para adaptar os currículos e as políticas da forma mais adequada.

Uma educação de qualidade, em especial que promova as competências em ciência, tecnologia e inovação, é um dos pilares mais importantes para o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis. Os governos africanos podem tomar várias medidas para melhorar o acesso e a qualidade da educação, fazendo-a corresponder às necessidades do mercado de trabalho.

Incitar o acesso universal à educação, especialmente entre as mulheres

- ▶ **Reduzir o custo de enviar as crianças para a escola, para as famílias.**
 - Estudos aleatórios recentes mostram que as transferências de dinheiro (tanto condicionais como incondicionais) são eficazes no aumento da frequência escolar e na incidência de novas matrículas por parte de desistentes. É o que sucede especialmente com as raparigas e com todas as crianças em comunidades marginalizadas.⁵ No Uganda, tornar o ensino primário gratuito aumentou as matrículas e reduziu a taxa de abandono, principalmente para as raparigas e as crianças nas áreas rurais (Deininger, 2003; Grogan, 2009; Nishimura *et al.*, 2009).
- ▶ **Investir nos sistemas educativos e visar a paridade de género para melhorar os resultados educacionais.**
 - Todos os países que conseguiram melhorar as taxas de matrícula escolares os níveis de educação e as taxas de paridade de género fizeram, também, uso de uma combinação de políticas. Estas incluem a isenção de propinas, o alargamento da escolarização pré-primária, maior investimento em infraestruturas, um aumento do recrutamento e uma melhoria da formação, sobretudo de professores do género feminino.

- Os países devem olhar além das estatísticas de inscrição e garantir a progressão nos anos. A África do Sul conseguiu resolver o problema da progressão escolar limitada recolhendo dados granulares de turma e idade e, posteriormente, introduzindo normas relativas à idade por ano de escolaridade e alargando a escolarização pré-primária (Bashir et al., 2018).
- No Benim, o governo aboliu, em 2000, as propinas para todas as raparigas em escolas primárias públicas nas áreas rurais (Ministério da Educação e Investigação Científica do Benim, 1999). Esta medida foi utilizada em conjunto com estratégias de mobilização da comunidade para aumentar a procura de educação para as raparigas. Como resultado, o rácio de alunas para alunos aumentou de 0.64 em 1999 para 0.89 em 2012. Para mais pormenores relativos às soluções para políticas de educação em África e noutros países em desenvolvimento, ver UNESCO (2015b).

Promover a educação especializada em setores estratégicos

▶ Fomentar a educação formal e especializada em agricultura.

- Investir na educação agrícola superior poderia aumentar o número de mediadores do conhecimento, formadores e professores. A utilização de novas tecnologias e cursos *on-line* para complementar a educação formal também pode ser útil na promoção dos estudos agrícolas. Atualmente, apenas 2% dos estudantes universitários estão matriculados em programas agrícolas, apesar de o setor agrícola representar 32% do PIB africano e empregar dois terços da sua mão-de-obra (Banco Mundial, 2014).

▶ Promover a inscrição em disciplinas STEM e investir na investigação científica.

- Melhorar a capacidade do ensino superior para a produção de investigação em STEM reforçaria a aptidão de um país aproveitar melhor as suas vantagens comparativas. Daria também aos jovens melhores ferramentas para desenvolver as competências necessárias para competir nos atuais mercados de trabalho (Banco Mundial e Elsevier, 2014).

▶ Aumentar o foco na gestão e educação empresarial.

- Muitos empresários africanos não possuem as competências de gestão necessárias para ter sucesso. Algumas ações possíveis para melhorar a educação empresarial poderiam incluir o seguinte:
 - aumentar o número de escolas empresariais de alta qualidade em África, que atualmente é muito reduzido, e a qualidade dos resultados da aprendizagem dos alunos (Naudé, 2017)
 - estabelecer dotações permanentes ou fundos para as universidades ou escolas empresariais, incluindo, eventualmente, subvenções dos parceiros de desenvolvimento (America, 2013).

Melhorar a educação e a formação técnicas e profissionais

▶ Promover e aumentar o financiamento do ensino TVET.

- A melhoria da perceção da TVET na sociedade vai de braço dado com a existência de melhores programas de TVET. Os governos poderiam incentivar a inscrição aumentando quer o financiamento para o setor da TVET quer o número de bolsas atribuídas aos alunos que prosseguissem estes estudos. Os empregadores poderiam disponibilizar estágios industriais e estágios para formandos da TVET.

- ▶ **Introduzir elementos curriculares inovadores (por exemplo, o empreendedorismo).**
 - As inovações podem ajudar a formar pessoas e a desenvolver competências fora do quadro típico da TVET. O Malawi introduziu a educação empresarial, adotando programas de educação e formação técnica, empresarial e profissional (TEVET) e reconhecendo a importância da formação informal (por exemplo, os postos de aprendiz tradicionais), especialmente para jovens desfavorecidos (OCDE, 2018d). Outros países onde os postos de aprendiz tradicionais se encontram generalizados (por exemplo, Benim, Côte d’Ivoire e Gana) poderiam formalizar ou reconhecer este meio de formação profissional. No Gana, por exemplo, os postos de aprendiz representam até 90% da formação de competências básicas (Atchoarena e Delluc, 2002). Os cursos de TEVET também necessitam de fortes interligações com o setor privado para incrementar a qualidade e responder às necessidades do mercado de trabalho.

Aproximar as instituições de ensino dos mercados de trabalho e das empresas privadas

- ▶ **Envolver o setor privado na conceção e concretização de currículos educativos e introduzir requisitos de formação no trabalho e estágios industriais.**
 - Para preencher a lacuna de competências, os governos devem aproximar as instituições de ensino dos mercados de trabalho, favorecendo a formação no local de trabalho. O setor privado pode contribuir para a conceção e concretização de programas de formação oferecendo estágios e formação no trabalho, financiando instituições de formação e aconselhando sobre reformas curriculares (Bughin et al., 2016).
 - Aumentar o envolvimento do setor privado pode ajudar a desenvolver mais programas de formação impulsionados pela procura, por exemplo, em atividades tais como negócios, comércio e tecnologia da informação e das comunicações (TIC) (BAD/OCDE, 2008). Alinhar a TVET com as necessidades do mercado de trabalho é importante para desincentivar a emigração (OCDE, 2017c).
- ▶ **Realizar consultas regulares entre instituições de ensino, o setor público e o setor privado para adaptar os currículos e as políticas da forma mais adequada.**
 - As parcerias podem melhorar a qualidade dos programas de formação públicos e abordar as necessidades de competências das empresas. As parcerias público-privadas poderiam reduzir os custos de formação,⁶ informar os formadores das TVET sobre alterações na procura de competências e fornecer trabalhadores qualificados aos empregadores.

Ação 6: Aumentar a cobertura dos sistemas de proteção social, incluindo laborais e de saúde

Contexto:

- O objetivo ODS 1.3 insta os países a “Implementar, a nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo escalões, e até 2030 atingir uma cobertura substancial dos mais pobres e vulneráveis”.
- As taxas de pobreza em África diminuíram significativamente desde 1990, porém, mais de 35% da população vivem com menos de USD 1.90 por dia. Cerca de 45% da população ganha USD 1.90-5.50 por dia e são suscetíveis de voltar a cair na pobreza extrema.

Contexto: (cont.)

- As despesas de saúde cresceram de uma média de 5.1% do PIB em 2000 para 6.2% em 2015. No entanto, em 2015, apenas Madagascar e a Suazilândia ultrapassaram o limiar de 15% da despesa pública prescrito pelo Acordo de Abuja de 2001. Dezoito países africanos gastam agora menos do que o mínimo exigido em serviços essenciais de saúde, segundo a recomendação de 2001 da Comissão sobre Macroeconomia e Saúde da OMS.
- A expansão dos sistemas de proteção social constitui o principal desafio para os decisores políticos nesta área. Atualmente, mais de 45 países africanos implementam transferências incondicionais em espécie e programas de obras públicas que abrangem cerca de 20% da população total do continente (Banco Mundial, 2018). O número de países que implementam um programa de transferência de dinheiro mais do que duplicou desde 2010.
- Os recursos para redes de segurança social representam mais de 3% do PIB no Lesoto, nas Maurícias, na Namíbia e na África do Sul, mas muito menos noutros países. As redes de segurança social cobrem apenas 24% da população da África subsariana e 29% do quintil mais pobre (Banco Mundial, 2018).

Ações Propostas:**Estabelecer patamares de proteção social:**

- ▶ visar as populações mais pobres, a fim de reduzir as desigualdades de rendimento e garantir que os sistemas de proteção social abranjam toda a vida de um indivíduo
- ▶ suprir as necessidades de beneficiários de classes económicas e sociais baixas, bem como em idade de reforma.

Tornar os sistemas de proteção social financeiramente sustentáveis

- ▶ no curto prazo, otimizar a receita fiscal atribuída à proteção social e depender de assistência financeira externa, se necessário
- ▶ no médio prazo, conceber mecanismos de financiamento de segurança/proteção social que sejam autossustentáveis e que não sobrecarreguem os pobres
- ▶ criar a capacidade estatística para informar decisões políticas relativas à proteção social.

A proteção social é fundamental para erradicar a pobreza, aumentar a resiliência económica e facilitar o desenvolvimento humano. A Agenda 2063 destaca a proteção social como um instrumento crucial para garantir que nenhum cidadão fique sem acesso ao rendimento básico e a cuidados de saúde essenciais. O quadro de políticas sociais da União Africana para África incentiva os Estados-Membros a adotarem políticas de proteção social mínimas, tais como cuidados essenciais de saúde, seguros sociais e solidariedade social. As metas da União Africana para 2023 incluem o seguinte:

- proteção social para, pelo menos, 30% das populações vulneráveis, incluindo pessoas com deficiências, idosos e crianças
- segurança social para todos os trabalhadores do setor formal
- segurança social para, pelo menos, 20% da mão-de-obra do setor informal e rural.

Estabelecer patamares mínimos de proteção social

► Visar as populações mais pobres, a fim de reduzir as desigualdades de rendimento e garantir que os sistemas de proteção social abranjam toda a vida de um indivíduo.

- Os governos africanos têm de estabelecer um quadro integrado de assistência social, seguros sociais e políticas do mercado de trabalho para lidar com os desafios atuais e de longo prazo. Os governos centrais também têm de facilitar a coordenação e desenvolver sistemas administrativos centralizados, orçamentos e estratégias. O apoio a este quadro exige investimento em capacidade estatística e administrativa:
 - melhorando o registo civil
 - efetuando censos regulares e inquéritos às famílias
 - estabelecendo registos únicos e sistemas de informação de gestão unificada
 - desenvolvendo uma monitorização rigorosa e mecanismos de avaliação.
- Os aspetos de género também têm de ser incorporados para aumentar o acesso à proteção social para mulheres e raparigas, que constituem, muitas vezes, uma proporção desequilibrada dos pobres. Isto inclui promover o acesso das mulheres a serviços de educação e saúde, bem como apoiá-las quando não se encontram a trabalhar, estando a cuidar de dependentes (OCDE, 2017d).
- Os poucos países africanos que concluíram a transição demográfica (por exemplo, as Maurícias, as Seychelles e a Tunísia) são agora confrontados com uma grande parte da população a atingir a idade da reforma. A baixa participação da mão-de-obra pode agravar as desigualdades existentes, especialmente visto que o custo dos cuidados aos idosos recai desproporcionalmente sobre os membros mais pobres da sociedade (OCDE, 2017e).

► Suprir as necessidades de beneficiários de classes económicas e sociais baixas, bem como em idade de reforma.

- A existência de diversos programas de proteção social pode aumentar o impacto de cada um e visar grupos de diferentes estratos. O regime de obras públicas da África do Sul completa outros programas de assistência social já existentes. Embora o trabalho seja de curto prazo e os salários inferiores aos do setor formal, a participação no regime conta para o subsídio de desemprego e outros benefícios (BAD/OCDE/PNUD, 2016). A Etiópia e a Tanzânia têm programas de “rede de segurança” que abrangem os mais pobres através de obras públicas para as pessoas que podem trabalhar e de apoio direto para as que não podem. Na Etiópia, as pessoas inscritas no *Productive Safety Net Programme* têm maior probabilidade de participar em programas de saúde.

Tornar os sistemas de proteção social financeiramente sustentáveis

► No curto prazo, otimizar a receita fiscal atribuída à proteção social e depender de assistência financeira externa, se necessário.

- As estratégias de financiamento têm de conjugar melhorias ao sistema fiscal (ver Ação 9) com reformas do lado da despesa que otimizem os gastos sociais já existentes ou em prol dos mais pobres. As rendas dos recursos naturais podem fornecer uma parte da composição de receitas, porém, não estão disponíveis para todos os países e a sua volatilidade representa um risco para o financiamento sustentável no longo prazo. Retirar os subsídios ao combustível e aos alimentos

(sem prejudicar os pobres) poderia libertar recursos significativos para os sistemas de proteção social. Retirar os subsídios ao combustível em cinco países da África Oriental poderia poupar entre 0.6% e 2.1% do PIB (OCDE, 2017d).

- ▶ **No médio e longo prazos, conceber mecanismos de financiamento de segurança/proteção social que sejam autossustentáveis e que não sobrecarreguem os pobres.**
 - Estabelecer patamares mínimos de proteção social exige que os governos africanos aumentem a despesa anual em proteção social da média atual, de cerca de 1.5% do PIB, para 5%, de acordo com a Agenda 2063. Para alcançar este objetivo, os governos devem considerar o seguinte:
 - maior mobilização dos recursos internos e investir parte dessa receita adicional na proteção social
 - a gestão sustentável dos programas de proteção social (tanto na receita como na despesa, considerando, simultaneamente, as projeções demográficas).
- ▶ **Criar a capacidade estatística para informar decisões políticas relativas à proteção social.**
 - Empregar novas ferramentas, tais como a análise *Commitment to Equity*, pode ajudar os governos a perceber o impacto do sistema fiscal no rendimento final de diferentes grupos da sociedade.⁷
 - O reforço de capacidades e uma maior partilha de informação entre os organismos governamentais relevantes pode desenvolver a capacidade institucional para prever necessidades de financiamento da proteção social no longo prazo.

PILAR III: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Ação 7: Impulsionar o compromisso africano com os parceiros globais

Contexto:

- O compromisso africano com os parceiros de desenvolvimento está a receber novo ímpeto. O processo da deslocação da riqueza, ou a riqueza crescente gerada pelos países em desenvolvimento, chamou consideravelmente a atenção para os papéis de parceiros mais recentes para o desenvolvimento africano, tais como o Brasil, a China e a Índia.
- As parcerias africanas geraram resultados variados e podem tirar partido de uma melhor coordenação.

Ações Propostas:

Reforçar a cooperação global:

- ▶ abrir-se a novos parceiros (por exemplo, o setor privado e a filantropia) e fortalecer iniciativas já existentes, tais como o Compact with Africa do G20.

Melhorar as parcerias africanas existentes e a cooperação:

- ▶ afinar relações e melhorar a coordenação entre organismos e instituições africanas.

Reforçar a cooperação global

- ▶ **Abertura a novos parceiros de desenvolvimento (por exemplo, o setor privado e a filantropia).**
 - Os novos doadores enfatizaram a cooperação económica englobando um vasto leque de atividades, tais como trocas de recursos por infraestruturas e IDE na agricultura, nos recursos naturais e na indústria transformadora. A China teve um papel vital na criação de dois novos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD): o *New Development Bank* e o *Asian Infrastructure Investment Bank*. O país assumiu um financiamento significativo aos dois BMD, cujas carteiras de empréstimos combinadas se estimam em USD 230 mil milhões (Reisen, 2015).
 - A *Africa Global Partnership Platform* foi lançada em 2015 para promover o diálogo a alto nível e as parcerias para os interesses e prioridades africanas, mas o seguimento foi débil. Novos atores terão de se envolver, incluindo o setor privado e a sociedade civil. Estão atualmente a emergir grupos de filantropia e programas de responsabilidade social empresarial enquanto fontes importantes de financiamento ao desenvolvimento. Entre 2013 e 2015, África recebeu USD 6.6 mil milhões de fundações filantrópicas (OCDE, 2018b), que oferecem uma nova abordagem ao estilo empresarial.

Melhorar as parcerias africanas existentes e a cooperação

- ▶ **Afinar relações e melhorar a coordenação entre organismos e instituições africanas.**
 - A União Africana deve reforçar o seu papel na monitorização do impacto das parcerias com agências regionais e continentais em estreita parceria com a NEPAD, a agência de desenvolvimento da União Africana.
 - O Banco Africano de Desenvolvimento, enquanto agência executiva do *Programme for Infrastructure Development in Africa*, estabeleceu um fundo para infraestruturas, o *Africa50*, que está na liderança dos esforços para alavancar investimento privado para projetos de infraestruturas de alto impacto.

Ação 8: Aprofundar a integração regional

Contexto:

- Em 21 de março de 2018, em Kigali (Ruanda), os chefes de Estado de 44 países africanos assinaram o acordo da zona de livre comércio continental (CFTA). A liberalização total do comércio de bens poderia impulsionar o PIB africano em 1% e o emprego total em 1.2%. O comércio intra-africano poderia crescer 33% e o défice comercial total poderia ser reduzido para metade (UNCTAD, 2018).
- Quarenta países africanos têm diversos estatutos de membro nas Comunidades Económicas Regionais (CER) reconhecidos pelo Tratado de Abuja. Tal circunstância criou mandatos duplicados e pouco claros.
- Ainda persistem os elevados custos de comércio entre países africanos apesar da sua longa integração nas CER. Dez anos após a assinatura do acordo regional, a Comunidade da África Oriental é o único bloco no qual os custos comerciais tinham decrescido (de Melo, Nouar e Solleder, 2017). Apenas a SADC conseguiu manter uma tendência positiva no comércio intrarregional, fazendo-o avançar além de 5% do PIB.

Contexto: (cont.)

- As exportações intra-africanas de mercadorias representam menos de 19% do total, em comparação com 63% na Europa (UE-28) e 58% na Ásia.
- O comércio informal transfronteiras representa 30-40% do total de comércio na SADC. Cerca de 70% dos comerciantes informais transfronteiras em África são mulheres (Afrika e Ajumbo, 2012; FAO, 2017).
- Durante o período 2011-14, apenas cerca de 20% do financiamento comercial foi dirigido ao comércio intra-africano.
- Continua a ser difícil fazer capitais, serviços e pessoas atravessar as fronteiras. Apenas dez países dispensam atualmente exigências de visto ou emitem vistos à chegada a todos os cidadãos africanos. Ainda há restrições que prejudicam o comércio de serviços. Os governos nacionais, muitas vezes, demoram demasiado tempo a implementar compromissos regionais (UNCTAD, 2015). Além disso, a margem de negociações de serviços em algumas CER continua a ser limitado.

Ações Propostas:**Melhorar a coordenação e a governação das CER e racionalizar os membros:**

- ▶ incentivar os secretariados das CER a coordenar e alinhar as políticas para aprofundar a integração continental
- ▶ priorizar os compromissos das CER para resolver o problema de sobreposição do estatuto de membro
- ▶ aumentar o compromisso, a coordenação e a harmonização de políticas.

Facilitar o comércio de mercadorias:

- ▶ tornar a zona de livre comércio continental africana operacional
- ▶ remover as barreiras não pautais ao comércio
- ▶ investir em infraestruturas e simplificar os procedimentos aduaneiros
- ▶ alargar o financiamento do comércio intrarregional
- ▶ remover restrições para comerciantes transfronteiriços de pequena escala.

Aprofundar a integração regional de forma a incluir a livre circulação de pessoas, capitais e serviços:

- ▶ eliminar exigências de vistos e restrições à circulação de mão-de-obra
- ▶ facilitar a circulação transfronteiriça de capital para reduzir os custos de pagamentos e operações comerciais
- ▶ liberalizar mais os setores dos serviços e aumentar o seu comércio.

A Agenda 2063 da União Africana apela a um continente unido em que pessoas, mercadorias, serviços e capitais atravessem fronteiras livremente. Conseguir tal feito aumentará substancialmente o comércio continental e os fluxos de investimento. Espera-se que os investimentos em TIC e em infraestruturas de transportes, em conjunção com medidas de facilitação do comércio, impulsionem a proporção de comércio intra-africano para 50% do total das trocas comerciais do continente até ao ano 2045, mais de três vezes

o nível atual (CUA, 2015). Tal integração regional também é fundamental para ligar as empresas africanas a CVG, que exigem competitividade através de economias de escala (Ahmad e Primi, 2017).

Melhorar a coordenação e a governação das Comunidades Económicas Regionais e racionalizar a adesão de novos membros

► **Incentivar os secretariados das CER a coordenar-se e alinhar as políticas para fortalecer a integração continental.**

- Reavivar o *African Peer Review Mechanism* da NEPAD e encorajar todos os países africanos a assiná-lo poderia reforçar a aprendizagem entre pares e o diálogo relativo a políticas entre os países africanos. Presentemente, 37 países participam numa base de voluntariado. Outras organizações que efetuam avaliações pelos pares, como a OCDE, poderiam partilhar as suas experiências.

► **Priorizar os compromissos das CER para resolver o problema de sobreposição do estatuto de membro.**

- A busca por vários acordos regionais de comércio desencoraja os Estados a procurar uma integração mais profunda, diminuindo assim o comércio intrarregional (Chacha, 2014). As CER africanas precisam quer do poder para impor legalmente as suas políticas quer de mecanismos de resolução de litígios mais fortes (de Melo, Nouar e Solleder, 2017). Além disso, as CER e os seus Estados-Membros têm de esclarecer se os recentes acordos megarregionais (por exemplo, a *Tripartite Free Trade Area* e a CFTA) prevalecem sobre as disposições legais dos acordos regionais.

► **Nas CER, os países precisam de maior compromisso, coordenação e harmonização de políticas.**

- Os países da SADC estão a trabalhar em conjunto para promover a industrialização regional e a melhoria nas cadeia de valor. O *Industrialisation Strategy Action Plan* de 2017 da SADC analisa as potencialidades de investimento e industrialização para produtos específicos, tendo em conta as vantagens comparativas no nível regional.
- Os países da Comunidade da África Oriental anunciam a comunidade como um destino turístico único, desde o lançamento do *East African Tourist Visa* em 2015. A *East Africa Tourism Platform* liderada pelo setor privado está a promover uma abordagem coordenada para melhorar a competitividade da região em viagens e turismo (Dihel e Goswami, 2016).

Facilitar o comércio de mercadorias

► **Tornar a zona de livre comércio continental africana operacional.**

- Os países signatários comprometem-se a reduzir as barreiras pautais e não pautais ao comércio. A remoção das pautas aduaneiras resultará em consideráveis ganhos de longo prazo para a grande maioria dos países, apesar dos custos significativos de adaptação no curto prazo. À medida que as comunidades económicas regionais se deslocam de áreas de livre comércio para mercados comuns, as pautas externas comuns solucionarão a questão da existência de diferentes regras de origem nas CER. Os países podem também seguir o plano de ação BIAT⁸ para priorizar as reformas necessárias em termos de políticas a fim de obter todos os benefícios da CFTA (UA/UNECA, 2012).

► **Remover as barreiras não pautais ao comércio.**

- Os decisores políticos podem reduzir os custos de entrada no mercado para as empresas através da harmonização das normas e regulamentações (por exemplo, regras de origem diferentes entre a SADC e o Mercado Comum da África Oriental e Austral [COMESA], por exemplo). Os acordos de reconhecimento mútuo entre os gabinetes normativos e as agências nacionais de certificação podem evitar uma duplicação de procedimentos dispendiosa para as empresas.
- Diversas CER podem visar diferentes barreiras não pautais ao comércio:
 - Os países do Norte de África podem aproveitar a sua atual integração em CVG com os países da União Europeia (UE) para passar a atividades de maior valor agregado, como por exemplo o desenvolvimento de marcas, o comércio a retalho e os processos de investigação e desenvolvimento para cadeias de valor centradas em África.
 - O setor de confeções sul-africano beneficiou de um acordo de união aduaneira (isto é, SACU) para a produção deslocalizada no Lesoto e na Suazilândia. As empresas maurícias investiram no Madagáscar, outro país da SADC, para, em seguida, terem acesso ao mercado da África do Sul (Fessehaie, 2018).

► **Investir em infraestruturas e simplificar os procedimentos aduaneiros.**

- O *Single Customs Territory* (SCT: Território Aduaneiro Único) da Comunidade da África Oriental mostra como as CER podem coordenar a eliminação de barreiras não pautais. O SCT simplificou os movimentos transfronteiriços, eliminando os controlos desnecessários e os procedimentos de desalfandegamento (NCTTCA, 2017). Apresentam-se aqui dois dos muitos resultados:
 - Os tempos de trânsito entre Mombaça e Kigali foram reduzidos para metade, de 11.4 para 5.7 dias.
 - Os custos de frete rodoviário de Mombaça para Kigali diminuíram mais de 30%, de USD 4350 em 2015 para 3300 em 2017.
- As janelas únicas eletrónicas (ESW) e os postos fronteiriços de paragem única podem reduzir significativamente o tempo e o custo do comércio. A ESW do Uganda simplifica a entrega e o processamento de informações comerciais, reduzindo 30% o tempo dos procedimentos administrativos e os custos de transação.

► **Expandir o financiamento do comércio intrarregional e tornar o financiamento mais acessível.**

- Focar o crédito à exportação e o financiamento comercial no comércio regional poderia reduzir os custos de transação e as assimetrias de informação para os credores africanos. As PME também poderiam beneficiar de soluções financeiras incrementadas, tais como empréstimos baseados nos ativos ou regimes de garantia de crédito, bem como iniciativas de reforço de capacidades que as ajudassem a cumprir as normas de qualidade (BAD/OCDE/PNUD, 2017).

► **Remover restrições para comerciantes transfronteiriços de pequena escala.**

- As políticas de apoio aos comerciantes de pequena escala podem variar da construção de infraestruturas à redução da burocracia, permitindo, ao mesmo tempo, que as empresas informais entrem na economia formal. Por exemplo, a construção de locais de mercado transfronteiriços pode aumentar a segurança das mulheres que percorrem longas distâncias com as suas mercadorias. Procedimentos simplificados, tais como o *Simplified Trade Regime* da COMESA, reduzem a burocracia e incentivam a atividade económica formal ao longo das regiões fronteiriças.

Aprofundar a integração regional por forma a incluir a livre circulação de pessoas, capitais e serviços

► Eliminar exigências de vistos e restrições à circulação de pessoas.

- Apenas dez países dispensam exigências de visto ou emitem vistos à chegada a todos os cidadãos africanos (BAD/UA, 2017) e apenas metade dos membros da UA assinaram o acordo da CFTA relativo à livre circulação de pessoas. Não obstante a implementação desta política requer um compromisso sério dos países signatários, a livre circulação de pessoas poderia desempenhar um papel central no desencadear das potencialidades económicas do continente (ICTSD, 2018). Um estudo conjunto OCDE-OIT revelou que os imigrantes em quatro países africanos contribuíram de forma positiva – ainda que limitada – para as receitas fiscais líquidas (OCDE/OIT, 2018).
- Nas CER sob disposições do mercado comum, os países devem permitir que as pessoas atravessem as fronteiras tão livremente quanto os seus próprios cidadãos, sem procedimentos adicionais. Por exemplo, o Quênia, o Ruanda e o Uganda permitem aos seus cidadãos viajar entre os países apenas com os bilhetes de identidade nacionais.

► Facilitar a circulação transfronteiras de capital para reduzir os custos de pagamentos e operações comerciais.

- O reforço da utilização transfronteiriça de serviços bancários e não bancários pode permitir às empresas servir os mercados regionais a custos mais reduzidos. Os países devem promover a utilização transfronteiriça de instrumentos de pagamento. Através do setor bancário, o *East African Payment System* reduziu o tempo e o custo das transações graças a um serviço de câmbio direto. Outros serviços de pagamento incluem o dinheiro móvel (por exemplo, o *Orange Money in West Africa*), cujos custos caíram graças à eliminação das taxas transfronteiriças de *roaming*.

► Liberalizar mais os setores dos serviços e aumentar o seu comércio.

- Os países podem beneficiar de uma maior liberalização nos setores dos serviços. O âmbito das negociações de serviços em algumas CER continua a ser limitado. O lançamento do *Single African Air Transport Market* em janeiro de 2018 representa um passo em frente.
- Incentivar a prestação de serviços transfronteiriços, tais como a educação e a saúde, pode ajudar a estabelecer centros regionais de excelência. Vários programas promovem o intercâmbio de estudantes e profissionais africanos para melhorar as oportunidades de aprendizagem. Estes incluem o *Intra-African Exchange Program* estabelecido pela *Association for the Development of Education in Africa* e o *Intra-Africa Academic Mobility Scheme* da UE-UA.

Ação 9: Mobilizar os recursos internos

Contexto:

- Cumprir a Agenda 2063 ou alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pode exigir o aumento da despesa pública anual até 30% em países de baixo rendimento (Baum et al., 2017). No entanto, a ajuda externa e outras receitas não fiscais, tais como as rendas dos recursos, podem flutuar descontrolada e imprevisivelmente (OCDE/ATAF/CUA, 2017).

Contexto: (cont.)

- Para reforçar os sistemas fiscais, os decisores políticos devem estar conscientes da dimensão do setor informal, que atinge 38% do PIB na África subsariana, e adaptar as suas políticas (OCDE/ATAF/CUA, 2017). Por exemplo, é geralmente mais difícil recolher estatísticas fiáveis de empresas informais e aplicar-lhes regulamentos de forma eficaz.
- A ajuda às políticas do setor público e gestão administrativa tem vindo a diminuir. Representou menos de 2% do total da ajuda atribuída a África em 2015.
- Os governos africanos estão atualmente a verificar uma redução de receitas não fiscais. A APD foi, em média, 10% menos em 2015 do que em 2013 (embora os países de baixo rendimento tenham visto o montante decrescer apenas 1%). As receitas das exportações de petróleo de países africanos são um terço do seu ponto máximo em 2011.

Ações Propostas:**Conceber sistemas fiscais que ampliem a base tributária e promovam o cumprimento:**

- ▶ aumentar a transparência dos sistemas fiscais e melhorar a comunicação com os contribuintes
- ▶ conceber um sistema fiscal que reduza a carga e os custos do cumprimento.

Investir em tornar as administrações fiscais mais eficazes e eficientes:

- ▶ simplificar as administrações fiscais e os procedimentos

Cooperar ao nível internacional para melhorar os sistemas fiscais:

- ▶ coordenar as políticas e os sistemas fiscais aos níveis continental e das CER
- ▶ participar nos fóruns internacionais e nos esforços para conter práticas tais como a erosão da base tributária e o desvio de lucros, a arbitragem fiscal e fluxos financeiros ilícitos
- ▶ colaborar com parceiros internacionais para melhorar as estatísticas das receitas.

Os países africanos terão de investir fortemente para atender às suas necessidades de desenvolvimento. A Agenda 2063, a *Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development* de Adis Abeba e o ODS 17.1 salientam que o aumento da tributação é crucial para financiar o desenvolvimento sustentável.

Conceber sistemas fiscais que ampliem a base tributária e promovam o cumprimento

- ▶ **Aumentar a transparência dos sistemas fiscais e melhorar a comunicação com os contribuintes.**
 - Uma melhor comunicação para ajudar os contribuintes a entender a relação entre pagamento de impostos e despesa pública pode aumentar a aceitação do público e incentivar o cumprimento das obrigações fiscais. Alguns países vão mais longe, interligando explicitamente certos impostos com programas específicos, como, por exemplo, instituindo impostos cujas receitas vão diretamente para fundos especiais de resposta de emergência a políticas, programas de cobertura de cuidados de saúde ou grandes investimentos. O Ruanda aumenta impostos que vão

para o fundo de manutenção rodoviária nacional, enquanto o Uganda tem uma taxa de infraestruturas para financiar a construção de uma ferrovia com bitola normalizada.

- O aumento da comunicação e da proximidade entre autoridades do governo e cidadãos pode ter um grande impacto sobre as receitas fiscais. A descentralização da coleta de impostos no Ruanda mostrou que uma maior proximidade geográfica pode melhorar o fluxo de informação, bem como o cumprimento das obrigações fiscais (BAD/OCDE/PNUD, 2017). A *Ethiopian Revenue Authority* aumentou 32% as coletas fiscais quando lembrou aos contribuintes do seu dever de pagar impostos e aumentou-as 38% quando ameaçou os contribuintes com uma auditoria (Shimeles, Gurara e Woldeyes, 2017).

► **Conceber um sistema fiscal que reduza a carga e os custos do cumprimento.**

- Ao “separar” políticas, por exemplo, o registo comercial dos impostos (Jütting e Laiglesia, 2009), os governos podem tornar a entrada no setor formal mais atrativa. As licenças comerciais poderiam ser oferecidas gratuitamente e, em troca, as empresas poderiam obter proteções sociais ou incentivos. Este poderia ser um primeiro passo para melhorar o desempenho das empresas e permitir o cumprimento das obrigações fiscais no médio prazo.
- As taxas fixas podem ser úteis quando os custos do cumprimento são elevados devido à pequena dimensão da empresa ou da elevada informalidade. A Côte d’Ivoire, por exemplo, cobra uma taxa fixa aos indivíduos sobre o seu rendimento empresarial quando está abaixo de um certo limiar. Tal situação pode aumentar o cumprimento simplificando o pagamento para as pequenas empresas (OCDE, 2016b, 2015b). Contudo, estes impostos podem ter consequências indesejadas, tais como criar um incentivo para que as empresas permaneçam sob o limite.
- Exigir às pequenas empresas que retenham parte do salário dos funcionários que será pago como imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (isto é, “retenção na fonte”) poderia reduzir o custo do cumprimento para os funcionários e aumentar as receitas.

Investir em tornar as administrações fiscais mais eficazes e eficientes

► **Simplificar as administrações fiscais e os procedimentos.**

- A eliminação de isenções fiscais ineficientes pode aumentar as receitas e, simultaneamente, reduzir os encargos administrativos e remover distorções prejudiciais. Marrocos aumentou as receitas do IVA ao introduzir reformas para alargar a base tributária e simplificar as regras de tributação, reduzindo as isenções e as taxas de IVA. Como resultado, entre 2004 e 2013, as receitas do IVA em percentagem do PIB aumentaram 2.8 pontos percentuais, o que constitui mais de metade do crescimento total das receitas fiscais durante aquele período (OCDE/ATAF/CUA, 2017).
- O preenchimento eletrónico pode aumentar o cumprimento poupando tempo aos contribuintes, pode igualmente reduzir erros de cálculo e tornar os documentos mais fáceis de preencher. A introdução do preenchimento eletrónico na África do Sul em 2001 reduziu 22.4% os custos de cumprimento das obrigações fiscais (Coolidge e Yilmaz, 2014).
- Uma abordagem corrente é a criação de um gabinete à parte para atender os contribuintes de rendimentos elevados. Apesar de exigir mais recursos, estes são geralmente eficazes em termos de custos. O Ruanda aumentou a taxa de cumprimento dos contribuintes de rendimentos elevados a 97% após o reforço do

mecanismo de aplicação do cumprimento e a criação de um gabinete à parte para pequenos e médios contribuintes (BAD/OCDE/PNUD, 2017: 34).

Cooperar ao nível internacional para melhorar os sistemas fiscais

► Coordenar as políticas e os sistemas fiscais aos níveis continental e das CER.

- Algumas CER, tais como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, têm pautas de importação e regras do IVA harmonizadas em todos os países membros, permitindo, ao mesmo tempo, alguma variação nas taxas. A União Aduaneira da África Austral (SACU) deu um passo mais além, modernizando toda a fórmula de repartição de receitas ao incluir os impostos aduaneiros especiais de consumo e uma componente de desenvolvimento, que são administrados pela Comissão da União Aduaneira da SACU. Isso tornou a cobrança de impostos mais eficiente e serviu de fórum para um trabalho coletivo sobre o problema do financiamento do desenvolvimento na região.

► Participar nos fóruns internacionais e nos esforços para conter práticas tais como a erosão da base tributária e o desvio de lucros (BEPS), a arbitragem fiscal e fluxos financeiros ilícitos.

- Vinte e um países africanos participam atualmente no quadro inclusivo relativo à BEPS. Nos países em desenvolvimento, a BEPS resulta sobretudo de um abusivo e inadequado preço de transferência, bem como pagamentos de juros excessivos, abuso de tratados fiscais e da definição de estabelecimento permanente. A OCDE, juntamente com outras organizações internacionais e o *African Tax Administration Forum* (ATAF: Fórum Africano de Administração Fiscal) está a realizar programas personalizados de reforço das capacidades no nível do país em 17 países africanos, para apoiar o preço de transferência BEPS e as normas em matéria de IVA.
- Vinte países africanos e duas organizações internacionais africanas (a ATAF e o *Centre de Rencontres et d'études des dirigeants des fiscales administrations* [CREDAF]) tomam parte no fórum global da OCDE em matéria de IVA. Esses participam no desenvolvimento de normas globais de IVA (as *International VAT/GST Guidelines*) e partilham análise de políticas, experiências e melhores práticas.
- Os governos devem trabalhar em conjunto para reforçar os controlos nas fronteiras, rastrear fundos ilícitos e eliminar diferenças significativas nas taxas de imposto, a fim de reduzir os incentivos para a arbitragem e o contrabando transfronteiriço. Na África Ocidental, as mais significativas perdas líquidas devido a fluxos financeiros ilícitos foram atribuídas às receitas dos recursos naturais investidos fora da região. Para conter esses fluxos, os governos nacionais podem participar em iniciativas internacionais e fóruns, tais como a *Joint AfDB-OECD Initiative to Support Business Integrity and Anti-Bribery Efforts in Africa* (OCDE, 2018c).

► Colaborar com parceiros internacionais para melhorar a qualidade e comparabilidade das estatísticas das receitas.

- Os governos africanos podem beneficiar do facto de as suas estatísticas das receitas serem comparáveis e disponíveis para comparação internacional. Tornar as informações sobre os sistemas fiscais facilmente acessíveis a um vasto leque de especialistas aumentaria a transparência e, ao mesmo tempo, melhoraria a tomada de decisões e a cooperação internacional. O projeto *Revenue Statistics in Africa* criou um único conjunto abrangente de estatísticas detalhadas sobre as receitas dos

países africanos. O projeto, presentemente no seu terceiro ano, é uma parceria da União Africana, do *African Tax Administration Forum* e da OCDE. O conjunto de dados disporá em breve de 21 países e está alinhado com uma norma de classificação internacional, permitindo comparações de dados num nível pormenorizado com países de todo o mundo.

Ação 10: Reforçar a governação económica e política

Contexto:

- A maioria dos países africanos ainda enfrentam desafios fundamentais para satisfazer as expectativas dos cidadãos nos processos de tomada de decisões e na prestação de serviços públicos. Mais de 22% dos protestos em África entre 2014 e 2016 foram motivados por tais expectativas não atendidas.
- A responsabilização do governo mantém-se baixa, de acordo com o *Mo Ibrahim Index of African Governance*. O progresso tem sido marginal desde 2008 e está a perder o impulso.
- A falta de estatísticas em África reflete a baixa capacidade institucional e pode impedir os governos de compreenderem claramente os respetivos países. Por exemplo, sete países em África não efetuam censos da população há mais de dez anos (CEPED, 2016).
- Muitos países passaram pela descentralização política e administrativa desde a década de 1990, nomeadamente organizando eleições locais e transferindo mais poder para os governos subnacionais. No entanto, a descentralização fiscal, muitas vezes, fica aquém da descentralização política.

Ações Propostas:

Aumentar a responsabilização e a transparência dos processos de tomada de decisão e das políticas de redistribuição:

- ▶ fazer uso de soluções digitais para iniciativas de dados abertos e liberdade de informação, assim como para serviços governamentais.

Promover a boa governação empresarial e um ambiente empresarial estável:

- ▶ estabelecer quadros regulamentares nacionais e iniciativas de governação empresarial para melhorar a capacidade do setor privado
- ▶ aumentar a transparência e a competitividade das empresas estatais.

Investir continuamente na melhoria da capacidade institucional:

- ▶ empreender programas sistemáticos de reforço de capacidades para adquirir novos conjuntos de competências, abordagens de gestão e cultura institucional
- ▶ implementar a decisão dos Chefes de Estado e de Governo da AU de atribuir, todos os anos, 0.15% do orçamento nacional a atividades estatísticas.

Garantir que as reformas sejam implementadas a um nível de governo adequado:

- ▶ adotar o princípio da subsidiariedade, em que o nível certo de governo intervém para políticas específicas, em coordenação com os outros níveis de governo
- ▶ equiparar a descentralização fiscal com a descentralização política e administrativa.

Aumentar a responsabilização e a transparência dos processos de tomada de decisão e das políticas de redistribuição

- ▶ **Fazer uso de soluções digitais para iniciativas de dados abertos e liberdade de informação, assim como para serviços governamentais.**
 - O centro de informações do cidadão de Cabo Verde, *Casa do Cidadão*, oferece um portal único para aceder aos serviços administrativos. Esta iniciativa reduziu os tempos de procedimentos, facilitou a interação dos cidadãos com o governo e tornou as informações mais precisas.
 - A *Kenya Open Data Initiative (KODI)*, lançada em 2011, dá livre acesso aos conjuntos de dados do governo e promove uma governação transparente. Atualmente, 31 ministérios contribuem com dados.

Promover a boa governação empresarial e um ambiente empresarial estável

- ▶ **Estabelecer quadros regulamentares e iniciativas de governação empresarial para melhorar a capacidade do setor privado.**
 - Para empresas cotadas em bolsa, os governos devem definir e aplicar normas de contabilidade e auditoria. O *Private Sector Corporate Governance Trust* do Quênia trabalha com o setor privado e o governo para reforçar a capacidade institucional e estabelecer boas práticas de governação (Gatamah, 2002).
- ▶ **Aumentar a transparência e a competitividade das empresas estatais.**
 - Os governos podem aumentar a transparência e melhorar a governação das empresas estatais limitando os conflitos de interesse, concebendo quadros regulamentares eficazes, tratando os outros acionistas e investidores de forma equitativa e seguindo normas internacionais de ética empresarial e de relações das partes interessadas (SOE Network for Southern Africa, 2014). De modo mais geral, os países deveriam considerar alinhar a regulamentação nacional com as melhores práticas e princípios globais. Para mais pormenores, ver *OECD Guidelines on Corporate Governance of State-Owned Enterprises* (OCDE, 2015c).

Investir continuamente na melhoria da capacidade institucional

- ▶ **Empreender programas sistemáticos de reforço de capacidades para adquirir novos conjuntos de competências, abordagens de gestão e cultura institucional em todos os níveis de governo.**
 - O município de eThekweni da África do Sul estabeleceu o *Municipal Institute of Learning (MILE)* para o reforço de capacidades do governo local. Desde 2009, o MILE já formou 3600 profissionais do governo local vindos de diferentes países africanos.
 - O Fundo Monetário Internacional, juntamente com alguns outros doadores, criou seis *African Regional Technical Assistance Centers*. Os centros visam o reforço de capacidades locais de gestão económica e financeira. Fornecem ajuda com uma equipa de especialistas residentes e organizam oficinas, formação profissional e cursos regionais no país.
- ▶ **Dedicar mais recursos ao reforço da capacidade estatística de África**
 - Implementar a decisão dos Chefes de Estado e de Governo de atribuir, todos os anos, 0,15% dos orçamentos nacionais a atividades estatísticas, como recordado na 4.ª Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelo registo civil e estatísticas

vitais em Nouakchott, em dezembro de 2017. A África do Sul cumpriu esta meta atribuindo às estatísticas 0.19% do seu orçamento de 2018.

- São necessários quadros de monitorização e avaliação sólidos para acompanhar os progressos na implementação da Agenda 2063. O apoio à atualização e revisão da *Strategy for the Harmonisation of Statistics in Africa (SHaSA)* por todas as partes interessadas pode ajudar as agências nacionais de estatística a desenvolver indicadores, definições e processos de medição e verificação harmonizados para todos os objetivos no âmbito da Agenda 2063.
- Os países devem fazer o seguimento dos compromissos para tornar o *Pan African Institute of Statistics* operacional até 2023, tal como estabelecido na Agenda 2063.

Garantir que as reformas sejam implementadas a um nível de governo adequado

- ▶ **Adotar o princípio da subsidiariedade, em que o nível certo de governo intervém em políticas específicas, em coordenação com os outros níveis de governo.**
 - Muitos governos africanos precisam de alargar a sua agenda de governação em vários níveis. Em 2014, a União Africana adotou a *African Charter on Values and Principles of Decentralisation, Local Governance and Local Development* (Carta africana sobre os valores e princípios da descentralização, governação local e desenvolvimento local). Apesar do consenso sobre a matéria entre os governos africanos, no momento em que se escrevia, somente 13 países africanos assinaram a carta (UA, 2018).
 - A dinâmica de governação em vários níveis é específica de cada país. Encontrar o equilíbrio certo entre os diferentes níveis de governo requer tentativa e erro (BAD/OCDE/PNUD, 2016).
- ▶ **Equiparar a descentralização fiscal com a descentralização política e administrativa.**
 - Reformas eficazes na descentralização fiscal podem permitir aos governos locais incrementar os recursos e investir nas infraestruturas e serviços necessários. Essas reformas incluem as transferências nacionais, a partilha automática de receitas provenientes dos recursos naturais, a captura de valor da terra, o aumento da capacidade de administração fiscal local e a promoção do financiamento privado (BAD/OCDE/PNUD, 2016). Os esforços para melhorar a transparência e capacidade institucional do governo local devem acompanhar a descentralização fiscal.
 - Os orçamentos participativos podem melhorar a legitimidade fiscal dos governos subnacionais, como mostrado pelo sistema de *software* YTax no Senegal.

Anexo 8.A1. Interligações entre cada ação relativa a políticas e as megatendências, as metas da Agenda 2063 e os ODS

Ação relativa a políticas	Metas da Agenda 2063 relacionadas	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados	Megatendência tratada
Ação 1: Incentivar o investimento para o desenvolvimento do setor privado interno	Meta 4. Economias e empregos transformados Meta 12. Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas em todos os níveis Meta 20. África assume plena responsabilidade pelo financiamento do seu próprio desenvolvimento	ODS 8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação ODS 12. Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis ODS 17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	1. “Deslocação da riqueza” 2. A nova revolução da produção (Indústria 4.0) 4. Transição urbana de África
Ação 2: Ajudar o setor privado a diversificar a produção e as exportações	Meta 4. Economias e empregos transformados Meta 5. Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção	ODS 8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação ODS 17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	1. “Deslocação da riqueza” 2. A nova revolução da produção (Indústria 4.0) 4. Transição urbana de África
Ação 3: Fortalecer as ligações entre as economias urbanas e rurais	Meta 1. Um nível de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos Meta 10. Infraestruturas de classe mundial em toda a África	ODS 1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares ODS 8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos ODS 10. Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países ODS 11. Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis	3. Dividendo demográfico de África 4. Transição urbana de África
Ação 4: Fomentar o crescimento verde	Meta 5. Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção Meta 6. Economia azul/oceano Meta 7. Comunidades e economias ambientalmente sustentáveis e resistentes aos impactos climáticos	ODS 1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares ODS 7. Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos ODS 8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos ODS 13. Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos ODS 14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável ODS 15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação dos solos e deter a perda de biodiversidade	5. Alterações climáticas e a transição para uma economia verde
Ação 5: Alargar a educação e, simultaneamente, melhorar a qualidade da educação e as competências	Meta 2. Cidadãos com boa instrução e revolução de competências apoiada pela ciência, a tecnologia e a inovação Meta 17. Plena igualdade de género em todas as esferas da vida Meta 18. Jovens e crianças envolvidos e capacitados	ODS 4. Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos ODS 5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas ODS 12. Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis	2. A nova revolução da produção (Indústria 4.0) 3. Dividendo demográfico de África
Ação 6: Aumentar a cobertura dos sistemas de proteção social, incluindo laborais e de saúde	Meta 1. Um nível de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos Meta 3. Cidadãos saudáveis e bem nutridos	ODS 1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares ODS 3. Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades ODS 10. Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países	3. Dividendo demográfico de África
Ação 7: Impulsionar o envolvimento africano com os parceiros globais	Meta 19. África como um parceiro importante nos assuntos globais e a coexistência pacífica Meta 20. África assume plena responsabilidade pelo financiamento do seu próprio desenvolvimento	ODS 10. Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países ODS 17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	1. “Deslocação da riqueza”

Ação relativa a políticas	Metas da Agenda 2063 relacionadas	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados	Megatendência tratada
Ação 8: Aprofundar a integração regional	<p>Meta 4. Economias transformadas e criação de emprego</p> <p>Meta 8. África Unida (federal ou confederada)</p> <p>Meta 9. Instituições financeiras e monetárias continentais estabelecidas e funcionais</p> <p>Meta 10. Infraestruturas de classe mundial em toda a África</p>	<p>ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</p> <p>ODS 10. Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países</p> <p>ODS 11. Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis</p> <p>ODS 17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</p>	<p>1. "Deslocação da riqueza"</p> <p>3. Dividendo demográfico de África</p> <p>4. Transição urbana de África</p>
Ação 9: Mobilizar os recursos internos	<p>Meta 20. África assume plena responsabilidade pelo financiamento do seu próprio desenvolvimento</p>	<p>ODS 8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos</p> <p>ODS 17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</p>	<p>2. A nova revolução da produção (Indústria 4.0)</p> <p>3. Dividendo demográfico de África</p> <p>4. Transição urbana de África</p>
Ação 10: Reforçar a governação económica e política	<p>Meta 8. África Unida (federal ou confederada)</p> <p>Meta 11. Valores e práticas democráticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do estado de direito bem estabelecidos</p> <p>Meta 12. Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas em todos os níveis</p>	<p>ODS 8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos</p> <p>ODS 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis</p> <p>ODS 17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</p>	<p>2. A nova revolução da produção (Indústria 4.0)</p> <p>4. Transição urbana de África</p>

Notas

1. Adaptação de www.aainitiative.org/circular-economy (consultado a 31 de janeiro de 2018).
2. www.fonerwa.org/ (consultado a 31 de janeiro de 2018).
3. www.travelmauritius.net/eco-tourism.html (consultado a 31 de janeiro de 2018).
4. Ver <https://tellmaps.com/uis/gender/#!/tellmap/1152163451>.
5. Ver, por exemplo, https://www.poverty-action.org/sites/default/files/publications/evaluations_of_cash_transfer_programs_in_african_settings_policy_memo.pdf.
6. www.adeanet.org/adeapmp/sites/default/files/activities/tvsd_and_ppp_policy_brief_v1.pdf.
7. O projeto Commitment to Equity (CEQ) é liderado por Nora Lustig desde 2008 e é uma iniciativa do Center for Inter-American Policy and Research (CIPR: Centro para a Política Interamericana e a Investigação) e do Departamento de Economia da Universidade de Tulane, do Center for Global Development (Centro para o Desenvolvimento Global) e do Inter-American Dialogue (Diálogo Interamericano). O Projeto CEQ tem sede no Commitment to Equity Institute em Tulane. Ver www.commitmenttoequity.org
8. O plano de ação para impulsionar o comércio intra-africano (Action Plan for Boosting Intra-Africa Trade, BIAT), aprovado pelos chefes de estado africanos em janeiro de 2012, identifica sete clusters: política comercial, facilitação do comércio, capacidade produtiva, infraestruturas relacionadas com o comércio, financiamento comercial, informações comerciais e integração no mercado de fatores.

Bibliografia

- Afrika, J.-G. K. e G. Ajumbo (2012), “Informal cross border trade in Africa: Implications and policy recommendations”, *Africa Economic Brief*, Vol. 3/10, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Economic%20Brief%20-%20Informal%20Cross%20Border%20Trade%20in%20Africa%20Implications%20and%20Policy%20Recommendations%20-%20Volume%203.pdf>.
- Ahmad, N. e A. Primi (2017), “From domestic to regional to global: Factory Africa and factory Latin America?”, in *Global Value Chain Development Report 2017: Measuring and Analyzing the Impact of GVCs on Economic Development*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/440081499424129960/Measuring-and-analyzing-the-impact-of-GVCs-on-economic-development>.
- America, R. (2013), “Economic development with limited supplies of management. What to do about it: The case of Africa”, *Challenge*, Vol. 56/1, pp. 61-71, <https://doi.org/10.2753/0577-5132560103>.
- Amin, M. e A. Islam (2015), “Are large informal firms more productive than the small informal firms? Evidence from firm-level surveys in Africa”, *World Development*, Vol. 74, pp. 374–385, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.05.008>.
- Atchoarena, D. e A. Delluc (2002), *Revisiting Technical and Vocational Education in Sub-Saharan Africa: An Update on Trends, Innovations and Challenges*, relatório para o Banco Mundial, International Institute for Educational Planning/UNESCO, Paris, <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001293/129354e.pdf>.
- BAD/FMI/GBM (2017), *The G20 Compact with Africa: A joint Report*, Banco Africano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional e Grupo do Banco Mundial, Baden, www.compactwithafrica.org/content/dam/Compact%20with%20Africa/2017-03-30-g20-compact-with-africa-report.pdf.
- BAD/OCDE (2008), *African Economic Outlook 2008*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2008-en>.
- BAD/OCDE (2013), *Enabling Green Growth in Africa*, relatório conjunto da oficina “Green Growth in Africa” decorrida em Lusaka, Zâmbia, Banco Africano de Desenvolvimento e OCDE, www.oecd.org/dac/environment-development/AfDB-OECD%20Enabling%20green%20growth%20in%20Africa%20workshop%20report.pdf.
- BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspetivas económicas em África 2015: desenvolvimento territorial e inclusão espacial*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2015-en>.
- BAD/OCDE/PNUD (2016), *Perspetivas económicas em África 2016: cidades sustentáveis e transformação estrutural*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264248649-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2017), *Perspetivas económicas em África 2017: empreendedorismo e industrialização*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264278707-pt>.

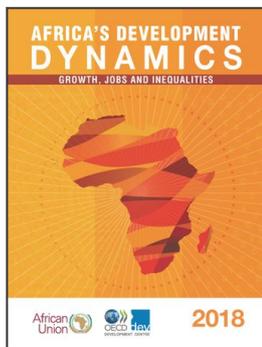
- BAD/UA (2017), *Africa Visa Openness Report 2017*, Banco Africano de Desenvolvimento e União Africana, Abidjan, http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/2017_Africa_Visa.
- Banco Mundial (2014), *Human Capital for Agriculture in Africa*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/685101468009998164/Human-capital-for-agriculture-in-Africa>.
- Banco Mundial (2018), *The State of Social Safety Nets 2018*, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/29115/9781464812545.pdf?sequence=5&isAllowed=y>.
- Banco Mundial/Elsevier (2014), *A Decade of Development in sub-Saharan African Science, Technology, Engineering & Mathematics Research*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/237371468204551128/pdf/910160WPOP126900disclose09026020140.pdf>.
- Bashir, S. et al. (2018), *Facing Forward: Schooling for Learning in Africa*, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/29377>.
- Baum, A. et al. (2017), “Can they do it all? Fiscal space in low-income countries”, *IMF Working Paper*, No. 17/110, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2017/05/05/Can-They-Do-It-All-Fiscal-Space-in-Low-Income-Countries-44889.
- Berrisford, S. (2013), “Getting land governance right in sub-Saharan cities: More than land administration”, in M. Napier et al., *Trading Places: Accessing Land in African Cities*, Urban LandMark, Pretória.
- Brahmbhatt, M., C. Haddaoui e J. Page (2017), “Green industrialisation and entrepreneurship in Africa”, *Contributing Paper for African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation, New Climate Economy*, Londres e Washington, DC, <http://newclimateeconomy.report/workingpapers/wp-content/uploads/sites/5/2017/10/Green-Industrialisation-and-Entrepreneurship-in-Africa.pdf>.
- Bughin, J. et al. (2016), *Lions on The Move II: Realizing the Potential of Africa’s Economies*, McKinsey Global Institute, McKinsey & Company, <https://www.mckinsey.com/featured-insights/middle-east-and-africa/lions-on-the-move-realizing-the-potential-of-africas-economies>.
- Byamugisha, F. (2013), *Securing Africa’s Land for Shared Prosperity: A Program to Scale Up Reforms and Investments*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/732661468191967924/pdf/780850PUB0EPI00LIC00pubdate05024013.pdf>.
- CEPED (2016), *Inventaire des recensements et enquêtes démographiques en Afrique*, Centre Population et Développement, Université Paris Descartes, Paris, <http://www.ceped.org/ireda/spip.php?article66&lang=fr>.
- Chacha, M. (2014), “Regional integration and the challenge of overlapping memberships on trade”, *Journal of International Relations and Development*, Vol. 17/4, pp. 522-544, <https://link.springer.com/article/10.1057%2Fjird.2013.13>.
- Christiaensen L. et al. (2018), “Migrants, towns, poverty and jobs: Insights from Tanzania”, *Policy Research Working Paper*, No. 8340, Grupo do Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/613771518633294230/pdf/WPS8340.pdf>.
- Christiaensen L., J. De Weerd e R. Kanbur (2017), “Where to create jobs to reduce poverty: Cities or towns?”, *Working Paper C-40300-TZA-1*, International Growth Centre, www.theigc.org/wp-content/uploads/2017/05/Christiaensen-et-al-2017-working-paper.pdf.
- Christiaensen, L. e Y. Todo, (2014), “Poverty reduction during the rural-urban transformation: The role of the missing middle”, *Policy Research Working Paper*, No. 6445, <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/15587/wps6445.pdf>.
- Climate Policy Initiative (2012), “San Giorgio group case study: Ouarzazate I concentrated solar power – Morocco”, relatório preparado pela Climate Policy Initiative para o San Giorgio Group, <https://climatepolicyinitiative.org/publication/san-giorgio-group-case-study-ouarzazate-i-csp/>.
- Cling, J.-P. et al. (2014), *The Informal Economy in Developing Countries*, Routledge, Londres/Nova Iorque.
- Coolidge, J. e F. Yilmaz (2014), “Does e-filing reduce tax compliance costs in developing countries?”, *Investment Climate in Practice*, No. 21, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/20428>.
- Corrigan, T. (2016), “Space, soil and status: Insights from the APRM into the governance of land in Africa”, *Saia Occasional Paper*, No. 229, South African Institute of International Affairs, Joanesburgo, www.saiia.org.za/occasional-papers/1032-space-soil-and-status-insights-from-the-aprm-into-the-governance-of-land-in-africa.

- CSAO (2016), *Transformations in the Food Economy and Implications for Policy Making*, Secretariado do Clube do Sahel e da África Ocidental, Abuja, Nigéria, www.oecd.org/swac/topics/handout-transformations-food-economy-ENG.pdf.
- CUA (2015), *Agenda 2063: The Africa We Want*, Comissão da União Africana, Adis Abeba, <https://au.int/en/Agenda2063/popular-version>.
- De Melo, J., M. Nouar e J.-M. Solleder (2017), “Integration along the Abuja road map – A progress report”, *FERDI Working Paper*, No. 191, <http://www.ferdi.fr/fr/publication/p191-integration-along-abuja-road-map>.
- Deininger, K. (2003), “Does cost of schooling affect enrollment by the poor? Universal primary education in Uganda”, *Economics of Education Review*, Vol. 22/3, pp. 291-305, <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.629.4081&rep=rep1&type=pdf>.
- Dihel N. e A.G. Goswami (2016), *The Unexplored Potential of Trade in Services in Africa: From Hair Stylists and Teachers to Accountants and Doctors*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://hdl.handle.net/10986/24968>.
- Esiara, K. (2018), “Rwanda bourse rolls out an SME segment”, *The East African*, 1 de abril de 2018, www.theeastafrican.co.ke/business/Rwanda-bourse-rolls-out-an-SME-segment/2560-4367674-1sqqf8/index.html.
- FAO (2017), *Formalization of Informal Trade in Africa Trends, Experiences and Socio-economic impacts*, Organização para a Alimentação e a Agricultura, Acra, www.fao.org/3/a-i7101e.pdf.
- Farole, T. (2016), *Factory Southern Africa?: SACU in Global Value Chains - Summary Report (English)*, Grupo do Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/973351468195001238/pdf/102850-WP-P149486-Box394847B-PUBLIC-Factory-Southern-Africa-FINAL-PUBLISH-002.pdf>.
- Fessehaie, J. (2018), “How can the CFTA help Africa respond to its economic transformation imperative?”, *Bridges Africa*, Vol. 7/1, International Centre for Trade and Sustainable Development, Genebra, <https://www.ictsd.org/bridges-news/bridges-africa/news/how-can-the-cfta-help-africa-respond-to-its-economic-transformation>.
- Frazier, G. (2017), “Examining the impact of the common external tariff of the East African Community in Uganda”, *International Growth Centre Policy Paper*.
- Gatamah, K. (2002), *Launching Corporate Governance in Africa with an Emphasis on Kenya*, Centre for International Private Enterprise, Washington, DC, www.cipe.org/sites/default/files/publication-docs/gatamah.pdf.
- Gelb, A. et al. (2009), “To formalize or not to formalize? Comparisons of microenterprise data from Southern and East Africa”, *Center for Global Development Working Paper*, No. 175, Washington, DC, www.cgdev.org/content/publications/detail/1422458.
- GIZ (2013), *Support to Land Reform Project in Namibia*, Ministério Federal Alemão para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (BMZ), www.giz.de/projekt/daten/projects.action?request_locale=en_EN&pn=201322767.
- Grogan, L. (2009), “Universal primary education and school entry in Uganda”, *Journal of African Economies*, Vol. 18/2, <https://doi.org/10.1093/jae/ejn015>.
- ICA (2017), *Infrastructure Financing Trends in Africa 2016*, Infrastructure Consortium for Africa, Abidjan, www.icafrica.org/fileadmin/documents/IFT_2016/Infrastructure_Financing_Trends_2016.pdf.
- ICTSD (2018), “African leaders prep for summit on continental trade deal”, *Bridges Africa*, Vol. 22/4, International Centre for Trade and Sustainable Development, Genebra, www.ictsd.org/bridges-news/bridges/news/african-leaders-prep-for-summit-on-continental-trade-deal.
- ITC (2016), *Investing in Trade Promotion Generates Revenue - A Study of Trade Promotion Organizations*, International Trade Centre, Genebra, www.intracen.org/uploadedFiles/intracenorg/Content/Publications/160204-Investing%20in%20trade%20promotion_low-res.pdf.
- Jütting, J. e J. de Laiglesia (2009), *Is Informal Normal?: Towards More and Better Jobs in Developing Countries*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264059245-en>.
- Kappel, R., B. Pfeiffer e H. Reisen (2017), “Compact with Africa: Fostering private long-term investment in Africa”, *Discussion paper 13/2017*, German Development Institute (DIE), Bona, www.die-gdi.de/discussion-paper/article/compact-with-africa-fostering-private-long-term-investment-in-africa/.
- Kasita, M. (2011), “Establishing communal land registration in Namibia: The process, benefits and challenges”, *Annual World Bank Conference on Land and Poverty 2011*, Washington, DC, <http://siteresources.worldbank.org/INTIE/Resources/475495-1302790806106/EstablishingKasitaPres4.pdf>.

- Khan, M. (2009), *Governance, Growth and Poverty Reduction*, Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais, Nova Iorque, <http://dag.un.org/handle/11176/377014>.
- Lall S. V., J.V. Henderson e A.J. Venables, (2017), *Africa's Cities: Opening Doors to the World*, World Bank Group, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25896>.
- Locke, A. e G. Henley (2016), *Urbanisation and Land Property Rights: The Need to Refocus Attention*, Overseas Development Institute, Londres, www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/10309.pdf.
- Lopez Gonzalez, J., P. Kowalski e P. Achard (2015), "Trade, global value chains and wage-income inequality", *OECD Trade Policy Papers*, No. 182, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/5js009mzrqd4-en>.
- Ministério da Educação e Investigação Científica do Benim (1999), *Education pour tous: Bilan à l'an 2000*, <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002193/219306f.pdf>.
- Moriconi-Ebrard, F., D. Harre e P. Heinrigs (2016), *Urbanisation Dynamics in West Africa 1950–2010: Africapolis I, 2015 Update*, West African Studies, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264252233-en>.
- Morris, M. e J. Barnes (2006), "Regional development and cluster management: Lessons from South Africa", in *Development on the Ground: Clusters, Networks and Regions in Emerging Economies*, University of Cape Town, pp. 278-298, https://open.uct.ac.za/bitstream/item/22614/Morris_Regional_2006.pdf?sequence=1.
- Naudé, W. (2017), "Entrepreneurship, education and the Fourth Industrial Revolution in Africa" *Discussion Paper Series*, No. 108555, Institute of Labor Economics, Bona, <http://ftp.iza.org/dp10855.pdf>.
- NCTTCA (2017), *Northern Corridor Transport Observatory Report: Trade and Transport Facilitation*, 10th Issue, Northern Corridor Transit and Transport Coordination Authority, http://top.ttcanc.org/download_doc.php?docid=150410290402214866.
- Nishimura, M. et al., (2009), "A comparative analysis of universal primary education policy in Ghana, Kenya, Malawi and Uganda", *Journal of International Cooperation in Education*, Vol. 12/1, pp. 143-158, <http://home.hiroshima-u.ac.jp/cice/wp-content/uploads/2014/03/12-1-10.pdf>.
- OCDE (2013), *Perspectives on Global Development 2013: Industrial Policies in a Changing World*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/persp_glob_dev-2013-en.
- OCDE (2015a), *Policy Framework for Investment 2015 Edition*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264208667-en>.
- OCDE (2015b), *Taxation of SMEs in OECD and G20 Countries*, OECD Tax Policy Study, No. 23, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264243507-en>.
- OCDE (2015c), *OECD Guidelines on Corporate Governance of State-Owned Enterprises, 2015 Edition*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264244160-en>.
- OCDE (2016a), *Sub-Saharan SIGI Regional Report*, Publicações OCDE, Paris, www.genderindex.org/wp-content/uploads/files/docs/Brochure_SIGI_SSA_web.pdf.
- OCDE (2016b), *Multi-dimensional Review of Côte d'Ivoire: Volume 3. From Analysis to Action*, OECD Development Pathways, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264258501-en>.
- OCDE (2017a), *Examen multidimensionnel du Maroc: Volume 1. Évaluation initiale*, OECD Development Pathways, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264274945-fr>.
- OCDE (2017b), *Green Growth Indicators 2017*, OECD Green Growth Studies, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264268586-en>.
- OCDE (2017c), *Interrelations between Public Policies, Migration and Development*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264265615-en>.
- OCDE (2017d), *Social Protection in East Africa: Harnessing the Future*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264274228-en>.
- OCDE (2017e), *Preventing Ageing Unequally*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264279087-en>.
- OCDE (2018a), *Making Blended Finance Work for the Sustainable Development Goals*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264288768-en>.
- OCDE (2018b), *Private Philanthropy for Development*, The Development Dimension, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264085190-en>.
- OCDE (2018c), *Illicit Financial Flows: The Economy of Illicit Trade in West Africa*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264268418-en>.

- OCDE (2018d), “Youth well-being policy review of Malawi”, EU-OECD Youth Inclusion Project, Paris, www.oecd.org/dev/inclusivesocietiesanddevelopment/Youth-well-being-policy-review-Malawi.pdf.
- OCDE/ATAF/CUA (2017), *Revenue Statistics in Africa 2017*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264280854-en-fr>.
- OCDE/OIT (2018), *How Immigrants Contribute to Developing Countries’ Economies*, Organização Internacional do Trabalho, Genebra, e Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264288737-en>.
- OIT (2015), *Global Employment Trends for Youth 2015: Scaling Up Investments in Decent Jobs for Youth*, International Labour Office, Genebra, www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/dgreports/dcomm/publ/documents/publication/wcms_412015.pdf.
- Oosthuizen, M. et al., (2016), “Informality and inclusive growth in sub-Saharan Africa”, *ELLA Regional Evidence Papers*, da autoria de Development Policy Research Unit, University of Cape Town, <http://bit.ly/REPDpru>.
- Otiso, K.M. (2005), “Kenya’s secondary cities growth strategy at crossroads: Which way forward?” *GeoJournal*, No. 62, pp. 117-128, <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs10708-005-8180-z.pdf>.
- PNUA (2015), *Green Economy: Building Inclusive Green Economies in Africa, Experience and Lessons Learned 2010-2015*, Programa das Nações Unidas para o Ambiente, [http://www.greengrowthknowledge.org/sites/default/files/downloads/resource/Building Inclusive Green Economies In Africa UNEP.pdf](http://www.greengrowthknowledge.org/sites/default/files/downloads/resource/Building%20Inclusive%20Green%20Economies%20In%20Africa-UNEP.pdf).
- PNUD (2014), *Inclusive Green Growth in Africa: Rationale, Challenges and Opportunities*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, África do Sul, www.za.undp.org/content/dam/south-africa/docs/mdgs/Inclusive%20Green%20Growth%20in%20Africa-Rationale%20Challenges%20and%20Opportunities1.pdf.
- Quisumbing, R.A. e N. Kumar, (2014), *Land Rights Knowledge and Conservation in Rural Ethiopia, Mind the Gender Gap*, International Food Policy Research Institute, www.gender-gap.net/sites/default/files/documents/ifpridp01386.pdf.
- Reisen, H. (2015), “Will the AIIB and the NDB help reform multilateral development banking?”, *Global Policy*, Vol. 6/3, pp. 297-304, <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12250>.
- Roy, R. (2016), “The cost of air pollution in Africa”, *OECD Development Centre Working Paper*, Paris, www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DEV/DOC/WKP%282016%295&docLanguage=En.
- Shimeles A., D.Z. Gurara e F. Woldeyes, (2017), “Taxman’s dilemma: Coercion or persuasion? evidence from a randomized field experiment in Ethiopia”, *American Economic Review*, Vol. 107/5, pp. 420-424, <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/aer.p20171141>.
- SOE Network for Southern Africa (2014), *Guidelines on the Governance of State-Owned Enterprises for Southern Africa*, OECD-Southern Africa Network on the Governance of State-Owned Enterprises, www.oecd.org/daf/ca/SOE-Guidelines-Southern-Africa.pdf.
- TNC (2015), *Upper Tana-Nairobi Water Fund Business Case. Version 2*, The Nature Conservancy, Nairobi, www.nature.org/ourinitiatives/regions/africa/upper-tana-nairobi-water-fund-business-case.pdf.
- UA (2018), *List of Countries Which Have Signed, Ratified/Acceded to the African Charter on Values and Principles of Decentralisation, Local Governance and Local Development*, União Africana, Adis Abeba, <https://au.int/sites/default/files/treaties/7802-sl-african-charter-on-the-values-and-principles-of-decentralisation-local.pdf> (consultado em 3 de maio de 2018).
- UA/UNECA (2012), *Boosting Intra African Trade*, Comissão da União Africana e Comissão das Nações Unidas para África, Adis Abeba, https://www.uneca.org/sites/default/files/uploaded-documents/ATPC/issues_affecting_intra-african_trade_proposed_action_plan_for_biat_and_framework_for_the_fast_tracking_en.pdf.
- UN-Habitat (2013), *Streets as Public Spaces and Drivers of Urban Prosperity*, UN-Habitat, Nairobi, <https://unhabitat.org/books/streets-as-public-spaces-and-drivers-of-urban-prosperity/>.
- UNCTAD (2014), *Economic Development in Africa: Catalysing Investment for Transformative Growth in Africa*, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, http://unctad.org/meetings/en/SessionalDocuments/tdb61d4_en.pdf.
- UNCTAD (2015), *Economic Development in Africa Report 2015: Unlocking the Potential of Africa’s Services Trade for Growth and Development*, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, Genebra, http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/aldcafrica2015_en.pdf.

- UNCTAD (2018), *African Continental Free Trade Area: Challenges and Opportunities of Tariff Reductions*, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, Genebra, http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ser-rp-2017d15_en.pdf.
- UNECA (2016a), *Greening Africa's Industrialisation*, Economic Report on Africa, Comissão das Nações Unidas para África, Adis Abeba, www.uneca.org/publications/economic-report-africa-2016.
- UNECA (2016b), *Africa's Blue Economy: A Policy Handbook*, Comissão das Nações Unidas para África, Adis Abeba, www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/blueeco-policy-handbook_en.pdf.
- UNESCO (2015a), *Children out-of-School, or in School but Still Not Learning?*, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Paris, <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/children-out-of-school-or-in-school-but-still-not-learning-en.pdf>.
- UNESCO (2015b), *Gender and EFA 2000-2015: Achievements and Challenges*, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Paris, <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002348/234809E.pdf>.
- UNIDO (2013), *Africa Investor Report 2013 - Executive Summary*, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, Viena, www.unido.org/sites/default/files/2014-09/Executive_Summary_AIS_2013_Report_xiamen_2014_0.pdf.
- Van Fleet, J.W. (2012), *Africa Learning Barometer*, Centre for Universal Education, Brookings Institution, <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2012/09/Africa-Learning-BarometerFINAL.pdf>.



From:
Africa's Development Dynamics 2018
Growth, Jobs and Inequalities

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/9789264302501-en>

Please cite this chapter as:

African Union Commission/OECD (2018), "Recomendações de políticas", in *Africa's Development Dynamics 2018: Growth, Jobs and Inequalities*, OECD Publishing, Paris/African Union Commission, Addis Ababa.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264306301-20-pt>

This document, as well as any data and map included herein, are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area. Extracts from publications may be subject to additional disclaimers, which are set out in the complete version of the publication, available at the link provided.

The use of this work, whether digital or print, is governed by the Terms and Conditions to be found at <http://www.oecd.org/termsandconditions>.